



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ACTA N.º 02/X-1º/2009-10

- 1 - Aos treze dias do mês de Novembro de dois mil e nove, pelas 21H15, nas instalações da Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense, sita na Rua Capitão Leitão, nº 64, em Almada, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:-
 - 1 - Período Aberto ao Público.-----
 - 2 - Período de Antes da Ordem do Dia.-----
 - 3 - Período da Ordem do Dia.-----
 - 3.1 - Criação de Grupo de Trabalho para a Revisão do Regimento da Assembleia;-----
 - 3.2 - Eleição do Presidente de Junta de Freguesia e Suplente aos Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses - ANMP (artº 6º, dos Estatutos da ANMP);-----
 - 3.3 - Eleição do Presidente de Junta de Freguesia Representante do Município na Assembleia Distrital de Setúbal (Membro Efectivo e Membro Suplente) - (alínea b), do artº 2º, do Decreto-Lei n.º 5/91, de 8 de Janeiro).-----
 - 3.4 - Designação do Presidente de Junta de Freguesia para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios [Lei nº 14/2004, de 8 de Maio, artigo 5º, nº 1, alínea b)];-----
 - 3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre «Lista de Juizes Sociais para intervirem em causas da competência do Tribunal de Família e Menores de Almada (Decreto-Lei nº 156/78, de 30 de Junho)»;-----
 - 3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Remunerações dos Membros do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento";-----
 - 3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Delegação de competências próprias nas Juntas de Freguesia";-----
 - 3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Fixação do limite do valor de obras a realizar por administração directa";-----
 - 3.9 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Lançamento de uma Derrama sobre a Colecta do IRC para o ano de 2010";-----
 - 3.10 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Imposto Municipal sobre imóveis para o ano de 2010".-----
- 2 - Fez-se a chamada dos Srs. Deputados Municipais e foi verificado o quórum.-----
- 3 - Dos quarenta e quatro eleitos não se registaram faltas à reunião.-----
 - 3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Sérgio Neves Correia Taipas; Paula Cristina Loureiro Coelho; Vitor Manuel Domingues Barata; João Eduardo Alves de Moura Gerales; Maria Luísa R. B. Almeida Beato; Francisco José Gonçalves Guerreiro; Helder de Jesus Dias Viegas; Elisabete Peres Pereira; José Augusto Tavares Oliveira; Miguel António Alves Duarte; Carlos Manuel Dantas dos Santos; Ana Margarida M. Silva Lourenço; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Vitor Manuel dos Santos Castanheira; Maria Odete T. S. Sanches Alexandre; Manuel Domingos Rodrigues Batista; João Francisco Ludovico da Costa; Ana Marques Serra e Moura Salvado; Ana Isabel Vieira Dias de Moura; Luís Filipe da Cruz Pereira; Maria Ermelinda Costa Almeida Toscano; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Fernando Jorge Sousa da Pena; Fernando Albino D'Andrade Mendes; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; Mara Andreia Gonçalves Figueiredo; José Manuel Pereira; António Abrantes de Almeida; Teresa Paula de Sousa Coelho; Carlos Alberto Tomé Valença Mourinho; Fernando Jorge Amoreira Fernandes; Francisca Luís Baptista Parreira; António José Pinho Gaspar Neves.-----

4 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção do Público.-----

4.1 – Usou da palavra o Exm.º Senhor Município Domingos Luís Fale Torgal, morador na Rua da Liberdade, nº 11, 5º Dtº - 2800-153 Almada.-----

4.1.1 - O Exm.º Senhor Município Domingos Luís Fale Torgal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Na qualidade de anfitrião, como Presidente da Academia Almadense e sendo esta a primeira vez que tão ilustres companheiros da democracia trabalham nesta casa, sendo esta a primeira vez, sinto-me muito satisfeito, muito feliz. Dou-vos as boas vindas e agradeço a grande honra que nos dão em reunir hoje aqui. Esta casa que é também uma casa do Movimento Associativo, uma catedral do povo, é com grande orgulho que vos recebe e vos receberá todas as vezes que dela precisarem. Muito obrigado pela vossa presença, muitas felicidades e bom trabalho."-----

4.2 - Usou da palavra o Exm.º Senhor Artur Silva de Oliveira, morador na Rua da Judiaria, nº 26, 1º Dtº - 2800-125 Almada.-----

4.2.1 - O Exm.º Senhor Artur Silva de Oliveira:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Como nunca foi meu hábito durante toda a minha vida virar as costas a nada, nem a cara a nada, uma vez mais me traz a esta Assembleia ter que alertar algumas coisas, muito lamentavelmente, mas tenho que as trazer.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Sr.^a Presidente, há uns meses a esta parte, tive oportunidade de numa Assembleia Municipal ter perguntado, nomeadamente em relação à história dos Pub's que eu continuo a chamar tascas, em relação aos barulhos, em relação aos horários, a Presidente na altura disse-me que ia rever o problema dos horários e nomeadamente em relação aos barulhos. Se houvesse oportunidade agradecia que me pudesse esclarecer para eu poder esclarecer.-----

No dia 14 de Julho entreguei um documento à Sr.^a Governadora do Distrito de Setúbal colocando algumas questões, nomeadamente que têm a ver com Almada Velha, foi-me respondido no dia 23 de Julho, tenho aqui cópia da carta de que foi enviada. Para a Câmara Municipal de Almada, lamentavelmente Sr.^a Presidente tenho que me dirigir à Sr.^a não acredito que seja a Sr.^a responsável por isto, só agora no dia 29 do mês passado e foi por minha iniciativa que tive que me dirigir a alguns locais da autarquia para me poderem responder por carta registada. Qualquer das formas a resposta que vem aqui neste momento não diz nada em relação às questões que eu tinha colocado à Sr.^a Governadora. Não me diz absolutamente nada. Não coloca nada, nada. A outra questão tem a ver em relação à limpeza da zona de Almada Velha, tive a oportunidade de chamar aqui a atenção de pelo menos um autarca que está aqui presente naquilo que se passa, nomeadamente nos fins-de-semana em relação a copos partidos, garrafas, lixeira. Eu que moro ali naquela zona até dá ideia que sou algum autarca, vêm-se queixar a mim quando foi na altura das eleições que aquilo andava um brilho, limpinho, eu penso que, na minha opinião pessoal também tenho o direito de pensar e dizer, porque a zona de Almada Velha, os Municípios pagam os mesmos impostos na Av.^a D. Nuno Álvares Pereira devem ser tratados com a mesma dignidade e o mesmo respeito, com a mesma higiene como são ali, que eu ali vejo no fim-de-semana, não sei se é empresa privada mas parece-me que sim, a fazer limpeza, tem o direito de fazer a mesma limpeza ali naquela zona, por conseguinte não sei porque é que aquela zona é completamente desprezada, não sei porquê. Por outro lado, quero também dizer que a participação dos municípios nas Assembleias Municipais não podem pura e simplesmente cair em saco roto. A intervenção e a participação dos municípios devem ter em consideração, devem ser resolvidas e devem ser dadas as respostas adequadas de acordo com as situações que cada município possa apresentar nas respectivas Assembleias Municipais. Por outro lado, Sr.^a Presidente tenho aqui este mapazinho que tem a ver com a zona de Almada Velha e lamentavelmente num raio possivelmente aí de cem metros terem permitido a abertura (que eu continuo a chamar aquilo tascas) nove Pub's num raio talvez de cem metros, está aqui assinalado com ponto vermelhos, posso entregar à Sr.^a depois para ver, que a Sr.^a aliás tem conhecimento perfeitamente bem. E lamentavelmente também tenho que dizer isto, será que realmente a autarquia não tem poderes para procurar



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

solucionar de uma vez por todas aquela situação? Será que os cidadãos daquela zona têm que recorrer a algum magistrado, a algum advogado para pôr termo àquela situação? Porque se os Srs. se quiserem realmente confirmar aquilo que estou a acabar de dizer, quando terminar esta Assembleia dirijam-se à zona de Almada Velha e vêem a instabilidade que lá há. E eu também já tive em determinada altura a oportunidade de chamar a atenção da Sr.^a Presidente que a autarquia tem assistentes sociais, fosse à zona de Almada Velha, fizesse um levantamento junto das pessoas residentes para auscultar e ouvir a opinião das pessoas, para assim quando tivesse que tomar uma decisão, tomar uma decisão mais coerente. Portanto, acho que era oportuno, e isto numa altura em que os próprios serviços têm competência para o fazer. Há uma coisa também que me estranha, não tenho conhecimento jurídico se realmente a Lei prevê ou não prevê que nas zonas históricas do País não é permitida a abertura de Pub's, por conseguinte não estou à altura de dizer se a Lei prevê ou não prevê. Por conseguinte obrigado pela vossa atenção."-----

4.3 - Usou da palavra o Exm.^o Senhor Pedro Oliveira, morador na Av.^a 23 de Julho, nº 409, 2º Esq. - 2810-292 Almada.-----

4.3.1 - O Exm.^o Senhor Pedro Oliveira:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Na qualidade de munícipe deste Concelho há quase seis décadas, desejo em primeiro lugar saudar todos os autarcas eleitos e fazer votos para que o seu trabalho seja profícuo. Gostaria agora de me referir como residente na Freguesia do Laranjeiro um dos problemas que é sentido pela população não só pela população residente, mas por todos aqueles que fruto das circunstâncias têm que circular na Freguesia e sobretudo no eixo central que faz a ligação do Concelho do Seixal ao Concelho de Almada. Há um velho problema que todos se recordam com certeza e que certamente a Câmara terá números daqueles que são obrigados a circular no Concelho de Almada fruto da inexistência de um acesso na auto-estrada, e refiro-me concretamente à população do Concelho do Seixal.-----

Este é um problema que vai com certeza continuar na ordem do dia e quer o Município de Almada, quer o Município do Seixal, não deixarão com certeza de reflectir sobre esta situação. A conflitualidade de trânsito que se verifica no Centro Sul, resulta não só dos residentes do Concelho de Almada, mas também da obrigatoriedade da circulação que não se fará de outra forma enquanto não foram tomadas medidas muito concretas por parte do Poder Central. De qualquer forma parece-me que os Municípios terão uma palavra a dizer, quer a sua Vereação, quer os Membros da Assembleia Municipal, assim como os Membros das Assembleias de Freguesia. Este problema é um problema que merece a atenção e a reflexão de todos. A



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Câmara com certeza que terá números muito concretos relativamente daqueles que são obrigados a circular no nosso Concelho.-----

Gostaria de referir no concreto a Av.ª 23 de Julho, porque me parece, para além da intervenção que foi feita e que bem feita, porque contribuiu para que o trânsito não ficasse concentrado na Rua da Cruz Vermelha e havendo agora a intervenção na Marques de Portugal, que é exactamente junto aos transportes da Rodoviária Nacional, está a haver agora uma intervenção, mas há um outro local extremamente conflituante relativamente ao trânsito que é a Rua Lopes Graça, junto à bomba da gasolina da Galp. E não só este problema, depois da intervenção que será efectuada de semaforização, há problemas que continuam. Não se justifica que entre o nº 401 e 419 da Av.ª 23 de Julho exista um passeio que tenha a largura que tem e acabou aí o estacionamento. Sabemos que quem ali reside, que haverá proximamente um parque de estacionamento, quer nas antigas instalações do Mercado, quer também no outro lado, na Rua Borges do Rego, onde está programada a construção de um parque de estacionamento. Mas o que é verdade é que não há qualquer justificação para que se verifique um passeio com aquela largura. Nós defendemos também a zona pedonal, mas não há justificação para um passeio naquele local com aquela largura. Aliás, fazia um apelo para que todos os Srs. Deputados Municipais assim que o possam e tenham tempo disponível experimentem fazer a circulação entre a Rodoviária exactamente no limite da Freguesia do Laranjeiro com a Freguesia de Corroios, até à zona do Oásis, experimentem verificar o tempo que se demora, há necessidade de uma intervenção que terá que ser diferente. Aliás o facto da Rua António Gonçalves que é paralela à Av.ª 23 de Julho, ter-se tido uma intervenção devida e em bom tempo que foi efectuada. De qualquer forma não está uma sinalização adequada que permita indicar a muitas pessoas que poderá haver uma alternativa à 23 de Julho. Também daí o apelo. Penso que os autarcas neste sentido e como noutros no nosso Concelho, conseguirão contribuir para pressionar para que as coisas se alterem. É esse o sentido fundamental da minha intervenção."-----

4.4 - Usou da palavra em resposta aos Srs. Munícipes, a Sr.ª Presidente da Câmara.-----

4.4.1 - A Sr.ª Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Gostaria em primeiro lugar de saudar todos os autarcas nesta nossa primeira reunião da Assembleia Municipal, os colegas das Juntas de Freguesia, Deputados Municipais, eleitos na Câmara Municipal e saudar também todos os nossos Munícipes que estão a participar nesta primeira reunião da nossa Assembleia.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Relativamente às questões que aqui nos foram trazidas pelos Municípes que acabaram de intervir, deixar uma palavra também de agradecimento ao Presidente da Direcção da Academia Almadense pela sua saudação aos autarcas e dizer ao Sr. Oliveira que relativamente às questões que aqui nos trouxe, às preocupações que nos deixou relativamente a Almada Velha, como sabe é um assunto que está a ter o seu acompanhamento na Câmara Municipal, há um trabalho em curso relativamente às questões dos horários, uma articulação permanente entre a Fiscalização Municipal e a Polícia de Segurança Pública, mas é evidente que a utilização que é feita nesta zona da nossa Cidade, na zona de Almada Velha, onde existem de facto alguns bares e uma ocupação expressiva por parte também da nossa população que cria aqui algumas dificuldades no quotidiano, portanto a zona tem uma população antiga, tem uma frequência de gente jovem e é saudável, mas não deixa de ser perturbador como todos nós entendemos. Há uma vigilância constante relativamente à vivência neste território e também uma atenção sobre aquilo que resulta da ocupação em cada dia no que diz respeito às questões da limpeza. Mas os alertas do Sr. Munícipe ficaram naturalmente registados e na atenção de cada um de nós e iremos com certeza, todos os eleitos têm responsabilidade nesta matéria, continuar a acompanhar este assunto. É um assunto que está nos serviços, que os serviços têm com grande atenção no seu quotidiano, mas da nossa parte não deixaremos de ter em conta as preocupações trazidas e o acompanhamento necessário que é preciso. Queria também em relação à questão trazida pelo Sr. Pedro Oliveira, dizer que o problema da A2 é um problema velho, de muitos e muitos anos, de já algumas décadas de grandes insistências quer da Câmara, quer de posições da Assembleia Municipal relativamente à necessidade de existir um ou dois nós na A2 que faça a distribuição dos carros que circulam nesta estrada e que se destinam à baixa de Corroios a partir de Setúbal ou a partir da Praça da Portagem, mas que também permita o acesso a esta auto-estrada a partir da baixa de Corroios exactamente para aliviar o Centro Sul. Há um problema muito sério no Centro Sul, o congestionamento do Centro Sul tem sobretudo a ver com as dezenas de milhares de carros que acedem à Praça da Portagem, mas a partir do Concelho do Seixal pela alternativa A10 ou a 23 de Julho e portanto esta questão, esta proposta há muito colocada e objecto de muitas reuniões com muitíssimos e diversos titulares da pasta do Ministério das Obras Públicas, ainda não foi possível ver resolvido este problema. Já percebi que da parte da CDU está também para apreciação uma Moção que aborda exactamente esta matéria, nomeadamente os Nós A2, mas também a questão da Estação Ferroviária em Vale Flores. De facto a problemática do congestionamento da nossa Cidade, pela utilização maciça dos carros provenientes também do nosso Concelho, mas muito dos Concelhos do Sul e a deficiência que ainda existe no que diz respeito à rede



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ferroviária e a sua articulação a partir do interior do Concelho, mais exactamente em Vale Flores, com o Comboio na Ponte, não ajuda a que este problema se vá minimizando. Portanto trata-se de facto de questões importantes, fundamentais, que a serem resolvidas ajudarão imenso o nosso Concelho mas também o dia-a-dia das populações e criarão condições para uma maior atractividade ao transporte colectivo. Por isso também queria saudar a proposta que a CDU traz a esta Assembleia Municipal. Relativamente às outras questões que o Sr. Pedro Oliveira aqui nos traz, sobre a circulação, as questões da rede viária, tudo isto que aqui foi abordado, naturalmente que temos uma intervenção permanente ao nível físico, mas também ao nível da sinalética e registamos as suas preocupações e naturalmente que manteremos toda a atenção às sugestões que os Munícipes nos vão trazendo, sendo certo que também há matéria técnica que tem que estar permanentemente a ser actualizada e é por aí que as soluções têm que ser colocadas. As preocupações dos munícipes obviamente que são uma ajuda importante, mas requerem de seguida uma análise técnica para que se possa avaliar da justeza da sua adequabilidade às soluções que se tornem pertinentes."-----

5 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.-----

5.1 - O Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos Srs. Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência, prevista no artigo 78º, da Lei nº 169/99, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:-----

- O Sr. Deputado Municipal António Frederico de Meneses Ferrinho, com Ausência nos dias 13 e 16 de Novembro de 2009, (**Conforme ANEXO I**).-----
- O Sr. Deputado Municipal Domingos José Soares de Almeida Lima, com Ausência no dia 13 de Novembro de 2009, (**Conforme ANEXO II**).-----
- O Sr. Deputado Municipal Armando de Jesus Barata, com Ausência no dia 13 de Novembro de 2009, (**Conforme ANEXO III**).-----
- O Sr. Deputado Municipal Luís Miguel Ferreira Varela Pais, com Ausência no dia 13 de Novembro de 2009, (**Conforme ANEXO IV**).-----
- O Sr. Deputado Municipal António Francisco Salgueiro, com Ausência no dia 13 de Novembro de 2009, (**Conforme ANEXO V**).-----
- O Sr. Deputado Municipal Manuel Maria Braga de Marques Gomes, com Ausência nos dias 13 e 16 de Novembro de 2009, (**Conforme ANEXO VI**).-----

5.2 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:-----

- A Candidata Exm.^a Senhora Margarida Maria de Ceia Hasse Ferreira, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- António Frederico de Meneses Ferrinho, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO VII**).-----
- A Candidata Exm.^a Senhora Teresa Isabel Ralha da Costa Santos, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. Domingos José Soares de Almeida Lima, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO VIII**).-----
 - O Candidato Exm.^o Senhor Miguel Ângelo Moura Salvado, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. Armando de Jesus Barata, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO IX**).-----
 - O Candidato Exm.^o Senhor Hugo Miguel Diamantino Vieira da Luz, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. Luís Miguel Ferreira Varela Pais, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO X**).-----
 - O Candidato Exm.^o Sr. Alfredo Manuel Chambel Rosa Oliveira, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. António Francisco Salgueiro e por impedimento da cidadã Maria José Gaspar Batista, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXOS XI e XII**).-----
 - O Candidato Exm.^o Sr. Henrique Mesquita Pires, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. Manuel Maria Braga de Marques Gomes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO XIII**).-----
- 5.3 - O Presidente da Assembleia Municipal informou da comunicação da Junta de Freguesia de Cacilhas, em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, devido a justo impedimento o Presidente do Órgão Autárquico é substituído na Reunião da Assembleia Municipal pelo eleito na Junta de Freguesia, o Sr. Rui Ribeiro Perdigão, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO XIV**).-----
- 5.4 - Fez-se a distribuição aos Srs. Deputados Municipais das Actas N.ºs 14/IX-4º/2009, 15/IX-4º/2009 e 01/X-1º/2009 e a Minuta da Acta N.º 14/IX-4º/2009, 15/IX-4º/2009 e 01/X-1º/2009; da Súmula N.º 01/X-1º/09-10 (Reunião de Representantes dos Grupos Municipais); Listagem do registo de Entradas (do nº 1351/IX-4º (14 Setembro 2009) ao nº 1501/IX-4º (30 de Outubro de 2009)),



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Listagem do registo de Ofícios Enviados (do nº 704/IX-4º (14 Setembro 2009) ao nº 833/IX-4º (27 Outubro 2009)), deu-se conhecimento dos E-mail Enviado (de 14 de Setembro de 2009 a 23 de Outubro de 2009) e E-mail recebido (de 12 de Setembro de 2009 a 23 de Outubro de 2009).-----

5.5 - Para prestar informação à Assembleia Municipal usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia.

5.5.1 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

Permito-me chamar-vos atenção de um ofício que chegou hoje, às 18H28, à Assembleia Municipal, da Assembleia Metropolitana de Lisboa, onde nos dão conta que reuniu hoje a Comissão Eleitoral da Assembleia Metropolitana e que marcou para o dia 14 de Dezembro próximo as eleições para a Assembleia Metropolitana.-----

O que isto determina e obriga a que o Caderno Eleitoral que serve de base a esta eleição, tem que estar pronto até ao dia 27 deste mês de Novembro. Se houver alguém que não possa estar presente no dia 14 tem que informar da sua ausência antes do dia 27 para consolidar o Caderno Eleitoral, senão depois não pode ser alterado. Mas vai ser distribuído a cada Grupo Municipal este ofício acompanhado pelo Regulamento Eleitoral da Assembleia Metropolitana assim como o Calendário das várias operações tendentes a esta eleição. Chamo também atenção que votam apenas os Membros da Assembleia eleitos directamente.-----

Chamar-vos também a atenção para a Súmula da Conferência e dos tempos distribuídos para que todos façamos um esforço para os cumprir. Também solicitava que logo que pudessem preenchessem aquelas fichas que vos foram entregues na 1ª Reunião de Funcionamento, no dia 30.-----

Relativamente aos cartões de identificação dizer a todos que não é preciso fotografias, à excepção dos dois representantes do CDS-PP, portanto de todos os outros tem-se fotografias, retiraram-se dos documentos de propaganda eleitoral."-----

5.6 - Para apresentação de um Voto de Pesar pelo falecimento de Humberto Borges usou da palavra o Sr. Deputado Municipal e Presidente de Junta de Freguesia de Almada - Fernando Mendes.-----

5.6.1 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Mendes (CDU):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Voto de Pesar pelo falecimento de Humberto Borges-----

Faleceu no passado dia 05 de Novembro, o cidadão almadense Humberto Borges, figura distinta da vida associativa, cultural e social do Concelho de Almada.-----

Humberto de Brito Borges, de seu nome completo, nasceu em Cacilhas a 04 de Fevereiro de 1937, foi profissionalmente Técnico Projectista de Construção Naval, trabalhou no Parry Son, sendo conhecido e reconhecido como cidadão íntegro, solidário e humanista.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

No desporto foi atleta, dirigente, organizador, treinador, jornalista, preletor e árbitro. No andebol a que se dedicou de alma e coração foi desde seccionista competente e dedicado a treinador de sucesso em vários escalões, nomeadamente, no Almada Atlético Clube, foi também o criador e organizador do Torneio Internacional de Juvenis "Cidade de Almada", colaborador técnico em organizações de torneios internacionais, assim como coordenador de várias iniciativas desportivas de diversas instituições em que se destacam Municípios, Associações e Federações de Andebol.-----

Praticou futebol no Ginásio Clube do Sul e basquetebol no Almada Atlético Clube. Iniciou a sua actividade como dirigente em 1959, nos clubes populares, no Estrelas de Cacilhas Futebol Clube e em 1969, foi presidente dos Estrelas de Almada Futebol Clube. Mais tarde foi ainda dirigente do Clube de Campismo do Concelho de Almada e da Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense. Foi dirigente e um dos fundadores da Associação Nacional de Treinadores de Andebol e foi dirigente e um dos fundadores da Associação dos Amigos da Cidade de Almada. Pertenceu ao Conselho Fiscal da Associação Nacional de Clubes de Andebol e foi dirigente da Associação de Andebol de Lisboa. Na qualidade de vice-presidente das Obras do Almada Atlético Clube foi um dos esteios da construção do seu Pavilhão a que foi dado o nome de outro distinto almadense o de Adelino Moura.-----

Em Março de 1968, iniciou a actividade no andebol do Almada Atlético Clube, onde durante vários anos acumulou o cargo de seccionista e treinador.-----

Treinou equipas nos escalões de Iniciados, Juvenis, Juniores e Seniores e conquistou vários títulos. Foi treinador do Almada Atlético Clube; Ginásio Clube Sul; C.D. Cova da Piedade; C.C.R. Alto do Moinho; Central de Cervejas e Selecção de Juvenis de Lisboa da A.A. Lisboa.--- Colaborou com o "Jornal de Almada", com crónicas de jogos de andebol, e com as revistas da especialidade "Setemetros" e "Revista Andebol".-----

Foi observador de árbitros nacionais de Andebol a convite da Federação Portuguesa de Andebol. Colaborou com a Câmara Municipal de Almada em diversas organizações nomeadamente os: II Jogos Juvenis de Almada; 3^{os} Jogos Desportivos Ibéricos das Estremaduras/1993"; IV Torneio Internacional de Voleibol/RTP. Foi ainda responsável pelo andebol em diversos Jogos Desportivos do Concelho.-----

Participou em comissões organizadoras de andebol e de outras modalidades a nível nacional e internacional, destacando-se o I Torneio Internacional de Andebol "Cidade de Almada" de Juvenis, a que deu vida em 1981, continuando a organizar o mesmo até o 27^o Torneio do Almada Atlético Clube em 2006; o Torneio "Pré-Mundial de Juniores de Andebol"; o 6^o Campeonato Mundial de Basquetebol - Juniores Masculinos em 1999; a Liga Mundial de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Voleibol/2001 - Seniores Masculinos; o III - Campeonato do Mundo de Andebol - "Grupo C", em Seniores (Qualificação Europeia) em 1986; Comissão Organizadora Nacional/Coordenador de Almada do 1º Campeonato Europeu de Andebol - "Grupo A", em Seniores realizado em Almada e Porto, em 1994.-----

É "Sócio de Mérito" da Associação de Andebol de Lisboa e do Almada Atlético Clube pelos relevantes serviços prestados à colectividade tendo ainda recebido deste clube o emblema de ouro "Dedicação", o "Prémio Almerinda Correia" Dedicação/95 e o Prémio "Distinção de Louvor". Em 1995, foi distinguido com a "Medalha de Prata de Mérito e Dedicação" pela Câmara Municipal de Almada. Recebeu um "Público Louvor" do Ministro da Educação e Cultura, Despacho 29/MEC/86, publicado em Diário da República.-----

Humberto Borges é o autor do livro "Histórias do Andebol no Concelho de Almada, 1944-2004" editado pela Câmara Municipal de Almada em 2007. É um livro único a nível nacional, resultado de um trabalho pormenorizado e paciente, de pesquisa, investigação, estudo, compilação e redacção, e de resumo, assumindo-se como referência de excelência para o conhecimento do desporto em Almada e em particular da prática do andebol.-----

Foi candidato da CDU em listas para a Assembleia de Freguesia de Cacilhas e Assembleia Municipal de Almada, era militante do PCP.-----

Humberto Borges, era um dos homens daquela sublime geração que impulsionou e trabalhou afincadamente para o progresso, a afirmação e o prestígio do movimento associativo almadense, enquanto espaço e escola de civismo, de cultura, de solidariedade, de democracia, de trincheira de luta e de construção e consolidação da liberdade.-----

Assim e neste momento de luto, a Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Plenária no dia 13 de Novembro de 2009, presta pública e sentida homenagem à memória do ilustre cidadão almadense que foi Humberto Borges, e apresenta o seu profundo pesar à sua esposa, filha, netos e demais família enlutada."-----

5.7 - Verificado o quórum passou-se à votação do documento.-----

5.7.1 - O Voto de Pesar pelo falecimento de Humberto Borges, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Fernando Mendes, foi aprovado por unanimidade.-----

5.7.2 - Seguiu-se um minuto de silêncio de homenagem.-----

5.8 - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Luísa Ramos (apresentando Moção/Deliberação sobre o Orçamento de Estado para 2010 e Programa de Investimentos para o Concelho); Fernando Pena (apresentando Projecto de Deliberação sobre as Terras da Costa); Maria Ermelinda Toscano (apresentando Moção/Recomendação sobre Luta Contra a Pobreza e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Moção/Recomendação sobre Luta Contra a Corrupção); Vitor Castanheira (apresentando Voto de Congratulação sobre 20 anos da queda do Muro de Berlim); António Neves - Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica; Joaquim Courinha Leitão; Fernando Pena; Luísa Ramos; Luís Filipe Pereira; Vitor Castanheira; Sérgio Taipas; Maria Ermelinda Toscano e Miguel Salvado.-----

5.8.1 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

O Governo apresentará em breve o Orçamento de Estado e respectivo PIDDAC para 2010 na Assembleia da República, instrumento político fundamental para o desenvolvimento económico e social do País.-----

O Concelho de Almada continua a necessitar da concretização de investimentos em áreas da responsabilidade do Poder Central, com vista à melhoria da qualidade de vida das suas populações e aos anseios das várias Instituições que aqui desenvolvem as suas actividades.---

Sendo o investimento público uma forma de garantir o desenvolvimento sustentado, numa situação de grave crise económica como a que Portugal atravessa, mais se justifica o seu reforço em sede de PIDDAC.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão extraordinária no dia 13 de Novembro de 2009 delibera:-----

1 - Pronunciar-se junto do Governo e da Assembleia da República pela importância de investimentos para a concretização dos seguintes projectos:-----

- Introdução de nós de distribuição de tráfego na auto-estrada A2 entre o Fogueteiro e Almada e ligação ao IC 32;-----
- Implementação da estação ferroviária em Vale Flores (Fertagus);-----
- Construção da instalação para Força de Segurança no PIA, Monte de Caparica;-----
- Instalação de Loja do Cidadão em Almada;-----
- Complexo de Formação em Hotelaria e Turismo;-----
- Requalificação e Valorização Ambiental da Fonte da Telha em execução do "Plano de Acção para o Litoral 2007-2013";-----
- Apoio à construção e/ou ampliação das Sedes Sociais da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense, da Casa Regional do Algarve, da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense, do Clube de Cultura e Desporto do Pragal, da Sociedade Cultural e Desportiva de Vale Figueira, dos Amigos do Atletismo da Charneca de Caparica;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- Construção da Escola Secundária na Charneca de Caparica, do Pavilhão Gimnodesportivo na Escola Secundária Francisco Simões, da Instalação Desportiva na Escola 2 + 3 de Conceição e Silva (Cova da Piedade);-----
 - Criação de um pólo da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa no Campus da Caparica;-----
 - Execução da primeira fase da Extensão do MST à Costa da Caparica e desenvolvimento de estudos para a Trafaria;-----
 - Projecto de construção do Novo Terminal Rodofluviais da Trafaria;-----
 - Construção dos Centros de Saúde da Cova da Piedade, da Costa da Caparica (terreno já assegurado pelo Município ao Ministério da Saúde) e de Cacilhas e instalação adequada do Centro de Saúde do Laranjeiro (terreno assegurado pelo Município ao Ministério da Saúde); e do Centro de Atendimento a Toxicodependentes (solução já equacionada);-----
 - Apoios à construção dos Centros Sociais e Comunitários da Paróquia de São José da Charneca de Caparica, da Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo 32 de Vale Figueira - Sobreda, e da Paróquia de Vila Nova de Caparica;-----
 - Construção dos Centros de Cuidados Continuados da Liga dos Amigos do Hospital Garcia de Orta no Laranjeiro, da Cooperativa Almadense na Charneca de Caparica e da Santa Casa da Misericórdia no Pragal; Construção do Centro de Apoio do Grupo de Intervenção e Reabilitação Activa (GIRA);-----
 - Construção do Centro Infantil da Costa da Caparica, do Centro Acolhimento para Crianças em Situação de Risco; e da Casa Abrigo (Apoio a Pessoas Sem Abrigo/abrangendo a problemática da toxicodependência).-----
- 2 - Apoiar a Câmara Municipal de Almada nas iniciativas que considere adequadas para a concretização destes projectos, nomeadamente no estabelecimento de diálogos tendentes à definição de prioridades e calendarização das obras e investimentos."-----
- 5.8.2 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP);-----
- "Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
- PROJECTO DE DELIBERAÇÃO**-----
1. As Terras da Costa constituem uma extensão de solos agrícolas de elevada qualidade, com quase 200 hectares de área, e que apresentam condições edafoclimáticas particularmente propícias para a agricultura. O clima local é invulgar, formando-se uma estufa natural ímpar no país. O carácter empresarial das explorações agrícolas que ali são desenvolvidas



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- permite atingir até quatro colheitas por ano, sempre com escoamento assegurado, quer no próprio concelho de Almada, quer na área metropolitana de Lisboa.-----
2. As Terras da Costa foram conquistadas para uso agrícola por sucessivas gerações de pessoas e constituem um precioso legado do engenho humano à história do concelho. Numa carta das Guerras Peninsulares publicada em 1821, verifica-se que aquele terreno era de características pantanosas. A terra cultivada e as construções vão surgindo de forma crescente em mapas de 1850, 1879, 1903 e 1930.-----
 3. O Programa Habitat II da Organização das Nações Unidas estabelece o fomento da agricultura urbana como uma prioridade das cidades mundiais para o século XXI. Os exemplos de Madrid, Barcelona, Berlim, Milão, Nantes, Wagenigen, Los Angeles ou São Francisco mostram a importância que grandes cidades ocidentais atribuem a esta actividade.-----
 4. A agricultura urbana contribui para a sustentabilidade da metrópole com a manutenção da biodiversidade, a permeabilidade e conservação dos solos, a diversidade e riqueza da estrutura ecológica, a redução do transporte de alimentos e resíduos orgânicos, a recarga de aquíferos, a segurança alimentar e a estabilidade socioeconómica.-----
 5. Estudos do Instituto Nacional de Estatística (2000) para a Região de Lisboa e Vale do Tejo mostram que as áreas agrícolas urbanas são as únicas que conseguem aumentar os seus efectivos populacionais.-----
 6. Segundo o estudo *Espaço Agrícola de Almada. Sistema de Parques Agrícolas* do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, a salvaguarda de espaços agrícolas contribui para a definição de uma estrutura ecológica e cultural fundamental para a sustentabilidade da própria cidade.-----
 7. As Terras da Costa possuem um elevado valor histórico, cultural, natural, ecológico e paisagístico e pertencem ao património inalienável do concelho de Almada e dos almadenses. São, além disso, o modo de vida e sustento de dezenas de famílias que as receberam dos seus antepassados.
 8. No âmbito do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental da Estrada regional 377-2, a Direcção Geral de Agricultura do Ribatejo e Oeste (DRARO) salientou, em ofício de 2 de Outubro de 2007, que o Estudo Prévio não dá a devida relevância às Terras da Costa, quer enquanto solo, quer enquanto actividade económica. Declara, ainda, que a exploração das parcelas agrícolas ficará inviabilizada e esta área agrícola deixará de o ser.-----
 9. No mesmo ofício, a DRARO considera que o projecto da ER 377-2, para além de descurar o interesse estritamente agrícola dos terrenos, também não releva o valor paisagístico e a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

contribuição da Terras da Costa para a conservação de biótopos, como melhor consta do Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica. A DRARO conclui que os impactos negativos da obra serão extremamente gravosos e irreversíveis.-----

10. O Estudo Prévio da Declaração de Impacte Ambiental [DIA] da ER 377-2, refere que a obra provocará a destruição de mais de 6 hectares de dunas e habitats prioritários, situados em matas nacionais. Conclui, ainda, tratar-se de uma perda efectiva e relevante cujo impacte negativo não é minimizável, tanto mais que a área envolvente se encontra bastante pressionada pelo crescimento urbano, pelo que a perda se torna ainda mais significativa.---
11. A Agência Portuguesa do Ambiente [APA], em informação de 25 de Janeiro de 2008, considera que a via se insere num território extremamente sensível do ponto de vista ambiental, de valores ecológicos de importância nacional e internacional, consubstanciados numa Área Protegida e num Sítio de Importância Comunitária.-----
12. No mesmo documento, a APA refere que a ER 377-2 fomentaria cargas de utentes e necessidades de estacionamento que conduziriam à degradação de sistemas naturais de elevada fragilidade, sendo ainda que a implantação da estrada na Reserva Botânica da Mata Nacional dos Medos implicaria impactes negativos significativos e não minimizáveis.--
13. A Estrada Regional 377-2 não coincide com o espaço canal de infra-estruturas rodoviárias definido no Plano Director Municipal, como resulta evidente da Planta de Síntese de Ordenamento das Estradas de Portugal, de Junho de 2007.-----
14. O troço de Vala Cavala à Aroeira da ER 377-2 repete o percurso da Via Turística, reprovada pelo Supremo Tribunal Administrativo em acórdão de 18 de Dezembro de 2003.-
15. Na avaliação de impacte ambiental é omissa qualquer estudo sobre o impacte da obra nas bacias hidrográficas.-----
16. O prolongamento da CRIPS [IC 32], o alargamento da estrada florestal, a extensão do metro de superfície à Costa de Caparica e a valorização do comboio de praia asseguram, com impactes ambientais, paisagísticos e sociais muito mais reduzidos, os alegados propósitos de acessibilidade e mobilidade.-----
17. No âmbito do Programa Polis da Costa de Caparica, o Plano de Pormenor da Frente Urbana e Rural Nascente contempla a construção de habitação social nas Terras da Costa. A área afectada por essa construção inviabilizará, na área de implantação da urbanização e na área circundante, a exploração de parcelas agrícolas, e trará impactes ambientais, paisagísticos e sociais gravosos e irreversíveis.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

18. Em 31 de Julho de 2009, o deputado do CDS-PP Nuno Magalhães interpôs, através do Senhor Presidente da Assembleia da República, dois requerimentos, destinados ao Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e à Presidente da Câmara Municipal de Almada, pedindo esclarecimentos sobre a ER 377-2, as Terras da Costa e os impactes que sobre estas pendem. Dos requerimentos não resultou, até hoje, qualquer resposta, o que não respeita o quadro legal vigente.-----

A Assembleia Municipal de Almada reunida a 13 de Novembro de 2009-----

- a) delibera pela protecção integral das Terras da Costa, da sua vocação agrícola e de todas as áreas naturais afectadas pela ER 377-2 e por planos imobiliários;-----
- b) pronuncia-se pela valorização das condições de vida e trabalho dos agricultores das Terras da Costa e das suas famílias nas terras que estão em seu uso;-----
- c) reconhece o património cultural, histórico, natural e paisagístico como elemento essencial no planeamento do concelho, da sua identidade e do seu futuro."-----

5.8.3 - A Sr.ª Deputada Municipal Maria Ermelinda Toscano (BE):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Moção/Recomendação-----

Luta Contra a Pobreza-----

2010 vai ser o Ano Europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão Social.-----

Por Despacho do Secretário de Estado da Segurança Social (nº 23.757/2009, publicado no *Diário da República*, 2ª série, nº 210, de 29 de Outubro) foi publicado o «Regulamento Específico» que estabelece as regras para o co-financiamento público de projectos que visem prosseguir os objectivos estratégicos expressos no seu artigo 4º e que passamos a transcrever:

- Promover a coesão através da sensibilização do público quanto aos benefícios para todos de uma sociedade mais justa e solidária;-----
- Fomentar uma sociedade que promove e sustenta a qualidade de vida, incluindo o bem-estar social, particularmente dos mais vulneráveis, e a igualdade de oportunidades para todos;-----
- Fomentar a sensibilização e o empenho de todos os cidadãos no combate à pobreza e à exclusão social;-----
- Fomentar a participação das pessoas com experiência directa ou indirecta dos fenómenos de pobreza e exclusão social.-----

Considerando que as autarquias locais podem ser entidades promotoras e, por isso, candidatar-se à obtenção de fundos para realização de iniciativas diversas que visem atingir aqueles objectivos.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Considerando a existência de graves problemas de índole social no nosso concelho e o importante papel que a CMA pode desempenhar no apoio às famílias carenciadas.-----

Considerando que se encontra a decorrer o prazo para apresentação das candidaturas e que termina já no próximo dia 2 de Dezembro de 2009.-----

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão extraordinária no dia 13 de Novembro de 2009, delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada que:-----

Não desperdice esta oportunidade de co-financiamento e aproveite para desenvolver, durante o próximo ano, algumas acções concretas de combate à pobreza e exclusão social (um mal de que, infelizmente, também padecemos no nosso concelho) e que, de outro modo, teriam de ser realizadas recorrendo, em exclusivo, ao orçamento municipal."-----

Moção/Recomendação-----

Luta Contra a Corrupção-----

A Lei n. 54/2008, de 4 de Setembro, criou o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), uma entidade independente que funciona junto do Tribunal de Contas e desenvolve actividades de âmbito nacional no domínio da prevenção da corrupção e infracções conexas.-----

Em 1 de Julho de 2009, o CPC aprovou uma Recomendação sobre a elaboração de “Planos de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas”, nos termos da qual «os órgãos máximos das entidades gestoras de dinheiros, valores ou patrimónios públicos, seja qual for a sua natureza [entre as quais se encontram as Câmaras Municipais], devem, no prazo de 90 dias, elaborar planos de gestão de riscos e infracções conexas», prazo este que foi prorrogado até ao dia 31-12-2009.-----

No Plano-tipo elaborado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses - ANMP, e que, com toda a certeza, é do conhecimento da CMA, diz-se que «a gestão do risco é uma responsabilidade de todos os trabalhadores das instituições, quer dos membros dos órgãos, quer do pessoal com funções dirigentes, quer do mais simples funcionário.»-----

Naquele documento da ANMP pode, ainda, ler-se que uma das exigências de hoje é «não só que a Administração procure a realização dos interesses públicos, tomando as decisões mais adequadas e eficientes para a realização harmónica dos interesses envolvidos, mas que o faça de forma clara, transparente, para que tais decisões possam ser sindicáveis pelos cidadãos.»---

Em consequência, «a regra é, pois, a liberdade de acesso aos arquivos administrativos, sendo os registos um património de todos que, por isso mesmo, devem estar abertos à comunidade.»-

Face ao exposto, e considerando que:-----

• «A matéria do acesso aos documentos administrativos e à informação ... é um desígnio de cidadania e simultaneamente um instrumento de modernização dos serviços públicos»;------



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

• «A disponibilização da informação e o princípio do arquivo aberto constituem-se, assim, como uma das formas mais fundamentais de controlo da administração por parte dos administrados, uma vez que por tal via existe a possibilidade de todas as medidas serem analisadas e sindicadas.»-----

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão extraordinária no dia 13 de Novembro de 2009, delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada que:-----

No cumprimento dos objectivos atrás preconizados, remeta a esta Assembleia Municipal cópia do respectivo PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS, já elaborado ou, caso ainda o não tenha feito, assim que proceder à sua elaboração."-----

Entretanto, embora já esteja fora da Moção, mas penso que posso dizer apenas uma coisa. Nós acabámos de apresentar um requerimento que é para insistir na resposta a vários que apresentamos e que dois deles já fizeram três meses e dois meses. E gostaríamos que conforme estipula o nº 10, ao artº 15º do Regimento desta Assembleia que diz que especificamente, que a falta de resposta aos requerimentos nos prazos fixados na Lei e no Regimento, a Mesa passasse a informar a Assembleia ficando o facto devidamente registado em Acta. Portanto, isto faz parte do Regimento, o Regimento é o documento muito importante do funcionamento desta Assembleia e gostaríamos que pudesse ficar a partir daqui cumprido essa norma, e basicamente queria só falar para terminar aqui uma questão do Requerimento e que é muito importante e que se prende com esta questão da transparência na gestão autárquica, que tem a ver com o facto de penso que estão agora a terminar, fez-se um concurso que abriu em Março para alguns lugares do mapa de pessoal que nem sequer estavam previstos. São lugares para desempenhar trabalho permanente mas que foram abertos para trabalho por seis meses apenas. Esses contratos estão a terminar, gostaríamos também se possível obter resposta, qual é a situação desses trabalhadores se o contrato vai ser renovado, se não vai, se foram dispensados e porquê?"-----

5.8.4 - O Sr. Deputado Municipal Vitor Castanheira (PS):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

VOTO DE CONGRATULAÇÃO-----

20 anos da queda do Muro de Berlim-----

Comemorou-se este mês os 20 anos da queda do Muro de Berlim, acontecimento marcante do séc. XX, que conduziu ao fim da guerra fria e antecedeu de pouco tempo o desmembrar de um sistema político que primava pelo excesso de controlo e limitava os mais elementares direitos individuais.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Chris Gueffroy, residente em Berlim Oriental tentou, em Fevereiro de 1989, saltar para a parte ocidental, usando uma simples escada, tendo sido o último berlinense cobardemente abatido pelas costas e a sangue frio. Mas este acto de coragem foi um salto directo para a história daqueles que em nome da liberdade colectiva e individual foram assassinados e impedidos de a celebrar.-----

Foi contra este estado de coisas que, em 1989, o povo alemão sedento de liberdade e de abertura dum regime anquilosado e já incapaz de satisfazer as necessidades básicas da população, manifestou a sua adesão e contentamento atravessando aos milhares essa cicatriz que estava incrustada no centro do velho continente.-----

A queda do muro de Berlim, deu início à efectiva unificação de todo o espaço europeu trazendo, em última instância e para muitos europeus, a democracia e a liberdade.-----

Desde então, um longo caminho de desenvolvimento e de aproximação do antigo Leste Europeu aos níveis de progresso económico e social dos restantes estados europeus foi percorrido e outro tanto ainda há para percorrer.-----

Mas a unidade europeia, agora fortalecida pelo Tratado de Lisboa afigura-se como caminho para o desenvolvimento económico e sustentado do continente europeu, para uma maior solidariedade e igualdade entre os povos da Europa e garante de uma consistente e efectiva consolidação democrática.-----

Temos hoje, como tiveram os berlinenses há vinte anos razões para celebrar e para continuar a luta contra os muros (físicos ou de mentalidade) que ainda limitam a afirmação da igualdade, o direito à liberdade e à não discriminação, ao desenvolvimento e à Paz.-----

É essa a lição do derrube do muro de Berlim e da revolução pacífica que lhe abriu o caminho e estendeu a liberdade e a democracia ao continente europeu.-----

Nestes termos,-----

A Assembleia Municipal de Almada congratula-se com os acontecimentos iniciados em 1989, na Alemanha, com o fim da guerra fria entre blocos e com o retorno à casa comum europeia da generalidade dos países até então privados da liberdade, da democracia e do respeito pelos direitos fundamentais que constituem inalienável património dos povos da Europa."-----

5.8.5 - O Sr. Deputado Municipal António Neves (PSD):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu venho aqui falar sobre a Moção do CDS-PP, sobre as Terras da Costa. Sr. Deputado Pena, chegou atrasado, chegou atrasado porque já estive aqui num mandato em que esta estrada já andava no ar e é curioso porque ninguém mais que ninguém, estou eu aqui, está aqui o Zé Ricardo, está aqui a Elsa, defendemos as Terras da Costa. Até estamos lá desde miúdos e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

conhecemos aquilo de trás para a frente e de frente para trás. E é pena que o Sr. Deputado não diga aqui também que as Terras da Costa têm sido subvertidas desde há uns tempos a esta parte à sua função de cultivo. Têm sido utilizadas para construção ilegal, clandestina em condições sub-humanas, não me diga que não viu. Sub-humanas, clandestinas, com problemas sociais gravíssimos mesmo no Centro das Terras da Costa, ou seja, lá mais para a frente ali para aquelas zonas da Praia da Mata um bocadinho antes, aquela zona onde está o Clube de Campismo de Almada. Enfim, fizeram-se nos últimos três, quatro anos mais de cinquenta anexos, pode lá ir verificar que estão lá (se conhece devia ter posto aqui) e de facto as Terras da Costa há muitos anos que estão subvertidas quase que na generalidade, há excepção daqueles velhos rendeiros que ainda por lá andam, o Mário Bengala e outros que ainda vão utilizando as terras para cultivar, ou seja, de há uns anos a esta parte eu diria que quarenta por cento das Terras da Costa deixou de ter a função que tinham, de ser um dos grandes celeiros de Lisboa, para passarem a ser locais de construção clandestina. Dir-lhe-ia também por exemplo que as Terras do Lelo e do Abreu desde 2002, e Vossa Excelência já esteve aqui enquanto Deputado Municipal nessa época, começaram a ser lá construídas barracas clandestinas. E as Terras do Lelo e Abreu, relembro que é assim; é a chamada curva do cemitério, o Sr. olha para o seu lado esquerdo, não pode olhar muito senão estampa-se contra o paredão da divisória da Via Rápida, mas se der assim um olhar rápido verifica que por lá estão mais de sessenta ou setenta, oitenta casas abarracadas. V. Ex.^a devia-se lembrar também que a Costa de Caparica não serve só para ser utilizada nas campanhas eleitorais, e sempre utilizada quando nos dá jeito. Não podemos ir fazer promessas às pessoas que não se vai cá construir nada porque nós não vamos deixar. Isto foi dito numa reunião com rendeiros da Costa, porque os Srs. não deixam, nem deixam de deixar, até porque este processo começou no tempo do Engenheiro Guterres, continuou no segundo Governo do Engenheiro Guterres, passou para os Governos do PPD/PSD e CDS também, em que os Srs. lá estavam e esta estrada continuou a ser projectada. Esteve em discussão pública e os Srs. aos autos como se diz juridicamente disseram nada. E entretanto lembraram-se "aqui del rei" que vais ter uma campanha eleitoral, vamos ter eleições, vamos lá ver se ganhamos mais uns votos e ganharam, é verdade. Eu e o Zé Ricardo ficámos os dois a olhar, mas ganharam. E a verdade é que a estrada continua projectada porque já está decidida e só não começou porque de facto por dificuldades económicas. Eu sou Presidente de uma Junta de Freguesia e estou a defender a honra da minha Junta de Freguesia, desculpe Sr. Deputado Miguel Salvado eu sei do que estou a falar. O Sr. não está a dizer que eu tenho interesse, não tenho interesses nenhuns, a minha família nem sequer lá tem terras nem nada. Portanto, de facto dizia eu que esta história



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

esteve em discussão pública, esteve na Câmara, esteve nas Juntas da Charneca, da Costa de Caparica para as pessoas irem lá ver os documentos e se pronunciarem sobre os mesmos. Sobre o traçado, se devia ter duas vias aqui, se devia ter quatro vias ali, enfim. A verdade ao que sei não houve mais nada do que aquilo que por lá passou, zero. Nós entendemos que estas coisas dos celeiros são extremamente importantes, nós não fazemos ecologia desde ontem, fazemos ecologia há muito tempo, até fomos daqueles que andámos descalços e com ranho no nariz porque andávamos assim, porque íamos para a praia, íamos assim, e depois levávamos umas palmadas e portanto conhecemos aquela história de trás para a frente e de frente para trás, e de facto aparecer com um Projecto de Deliberação aqui, não é defender os interesses das Terras da Costa. O defender os interesses das Terras da Costa Sr. Deputado... Há duas coisas que o Sr. não me ultrapassa, é em educação e saber estar, o Sr. fez a sua apresentação eu não abri a boca fosse por que motivo fosse, eu nem sequer sorri e o Sr. está-me a interromper quando eu estou a usar da palavra.-----

O que está aqui em questão é que eu disse-lhe há bocadinho que 60% das Terras da Costa já não são terras de cultivo, são habitações ilegais, algumas proporcionadas por gente que cultivava as terras ou por os filhos deles, vão lá ver. Agora o que nós entendemos e isso doa a quem doer, é que deveria ter havido ou existido informação maior sobre como ia funcionar, porque a Costa de Caparica como outro local qualquer urbano precisa de informação, precisa que se diga àquela gente o que é que vai acontecer, precisa que se diga àquela gente. Ter coragem e dizer, vai acontecer isto, a estrada vai passar por aqui, vai ter sete metros, vai ter três metros, vai ter dois metros, tem duas faixas, tem quatro faixas, aqui há uma nítida falta de informação. Agora não utilizemos aquela pobre gente em que a maior parte deles nem sequer sabe assinar o seu nome para efeitos eleitoralistas. Sejam sérios na apreciação das questões, sejam sérios e vamos exigir a quem de direito, vá-se às Terras da Costa e aí é o Estado quem a vai construir, são as Estradas de Portugal, está no Plano de Mobilidade, aliás o Sr. sabe que isto foi apresentado pelo Sr. Primeiro Ministro em tempo oportuno no Plano de Mobilidade aqui em Almada e os Srs. na altura comeram e calaram, certo? Portanto, exija-se de quem de direito que se informem as populações, que se diga o que é que se vai passar, o que é que vai acontecer, agora não sejamos demagógicos ao ponto de utilizarmos gente que precisa de ser ajudada."-----

5.8.6 - O Sr. Deputado Municipal Joaquim Courinha Leitão (PS):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu vou usar da palavra para me pronunciar sobre dois dos textos apresentados, visto que relativamente aos restantes não há da nossa parte discordância e estamos em condições de os



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

aprovar. Os dois textos sobre os quais desejo pronunciar-me, o primeiro deles é aquele que foi referido também pelo Sr. Deputado Municipal que me antecedeu, o Projecto de Deliberação apresentado pelo Partido Popular.-----

Neste Projecto de Deliberação o Partido Popular apresenta uma ideia, uma preocupação que foi já apresentada e defendida há bastantes anos atrás. Eu lembro-me perfeitamente pelo Deputado Fernando Pena. É uma preocupação que tem a ver com a agricultura urbana, com o valor desse instrumento para a melhoria das condições urbanas e para o reforço da qualidade de vida nas cidades. É uma preocupação que nós consideramos adequada e que merece obviamente todo o nosso respeito. Mas sendo uma preocupação e uma ideia que merece o nosso respeito, o modo como ela aqui é aplicada não pode deixar de merecer a nossa frontal rejeição.-----

Entendemos que o património, tanto o património histórico, como o património natural, ambiental, agrícola tem de ser conjugado com a vida dos cidadãos, só a devida utilização do património pelos vivos é que permite a sua valorização e a sua manutenção. É impossível - a defesa do património contra os homens e as mulheres de uma época e é isto que o Sr. Deputado Municipal no meu entender está aqui a fazer. E portanto não podemos concordar com a proposta que apresentou.-----

O outro texto relativamente ao qual não estamos de acordo, é a Moção/Deliberação da CDU sobre o Orçamento de Estado para 2010. Este tipo de documentos, são apresentados aqui como tendo um carácter exaustivo, um carácter consolidado, resultado de um trabalho aprofundado. Ora o meu entender não é compatível com esta ideia que se pretende aqui apresentar. De facto se há um conjunto de projectos que merecem o nosso consenso são projectos que poderiam ser aprovados por qualquer bancada, pensamos nós. Outros há que do ponto de vista técnico são contestáveis e ainda outros que estando aqui na formulação que foi utilizada poderiam estar melhor apresentados de outra maneira, dou um exemplo, há um exemplo no que diz respeito a esta última parte da minha intervenção, há aqui referência à necessidade de construção de uma Escola Secundária na Charneca de Caparica. É um assunto relativamente ao qual eu penso que tem de haver um aprofundamento sério. De facto no Concelho de Almada existem dez escolas secundárias, escolas essas que estão, algumas que são praticamente novas, outras que estão a ser reabilitadas pelo Parque Escolar e nos próximos anos todas elas terão óptimas condições de funcionamento e óptimo equipamento. Essas dez Escolas Secundárias são suficientes para as necessidades do Concelho no que diz respeito ao ensino secundário. Mas de facto há insuficiência e necessidades de reforço da rede escolar, mesmo da rede escolar responsabilidade do Governo. Exactamente na mesma



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Freguesia da Charneca existe necessidade de reforço da rede no que diz respeito ao 2º e ao 3º Ciclo do Ensino Básico. E portanto este tipo de abordagens têm de ser aprofundadas e sérias, não se pode pegar na primeira proposta que pode ser utilizada de forma populista e utiliza-la aqui. Nós não concordamos com isto e também não concordamos que determinados aspectos que são controversos do ponto de vista técnico como aqueles que têm a ver com a construção de estações ferroviárias que possam ser colocados aqui numa atitude que eu considero de grande ligeireza. E portanto sendo verdade que aqui há propostas que merecem a nossa concordância, há outras que não estão cá e que não merecem este relevo e portanto nós não poderemos votar a favor deste documento."-----

5.8.7 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Felizmente passados alguns minutos de o Sr. Presidente da Junta da Costa de Caparica dizer que as Terras da Costa era uma preocupação eleitoralista e recente do CDS-PP, vem depois o Sr. Deputado José Leitão do Partido Socialista dizer que afinal é uma preocupação antiga do CDS-PP, e é de facto uma preocupação antiga, mas aqui não está em causa só as Terras da Costa e todas as pessoas que lá vivem, está em causa todo um património cultural, um património histórico, um património paisagístico que é único, que é do pouco que sobra no Concelho de Almada afogado num Plano Director Municipal de betão e é isto que o Sr. se recusa a ver. Se a construção clandestina está lá não foi com certeza sob a responsabilidade do CDS-PP, se a construção clandestina está lá foi sob o beneplácito das autoridades designadamente da Câmara Municipal de Almada e da Junta de Freguesia a que o Sr. Preside. Portanto escusa de apontar a construção clandestina que não devia estar ao CDS-PP, porque ela é também uma preocupação nossa. E quanto à condição de vida dos rendeiros, pois é essa que tem que melhorar, eles têm que manter aquela actividade.-----

Por fim, só perguntar se de facto a solução para os problemas para as Terras da Costa é acabar com elas. Pelos visto é isto que o Sr. pretende. Mas fica aqui evidente e penso que, e é bom para que se veja, é bom para que a população de Almada saiba, para que os culpados não fiquem sem nome é bom que se perceba aqui esta Assembleia exibiu a coligação de interesses por trás da Estrada Regional que está entre o Partido Comunista, o Partido Socialista e o Partido Social Democrata representado na Junta de Freguesia da Costa de Caparica, uma coligação de interesses que mais não esconde do que a provável urbanização de toda uma grande área em torno da Estrada Regional, isto não é inocente, isto tem um propósito e é esse propósito que os almadenses devem conhecer e devem conhecer também os nomes dos seus responsáveis."-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

5.8.8 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Gostava de fazer uma pergunta ao Sr. Deputado Courinha Leitão, é se o ponto 2 da Proposta de Deliberação não define claramente que a Assembleia Municipal está disponível para apoiar a Câmara nos diálogos tendentes à definição de prioridades e calendarização das obras e investimentos. Eu creio que é um bocado redutor rejeitar um documento todo porque há duas ou três questões colocadas que o Partido Socialista não concorda. A saber, a Escola Secundária da Charneca e a Estação de Vale Flores, situações reivindicadas e se não me engano até por Deputados Municipais do Partido Socialista ao longo dos anos. De qualquer forma a questão que se coloca é saber se sim ou não o Partido Socialista vai rejeitar toda uma Moção/Deliberação que coloca todo um conjunto de reivindicações das populações só porque tem dúvidas e vai até ao ponto de adjectivar como falta de rigor, ligeireza da parte de uma bancada que não faz outra coisa a não ser ouvir as populações e saber transformar em Moções as suas reivindicações. Não somos de facto, Sr. Deputado, isentos de tomar partido por aquilo que as populações querem."-----

5.8.9 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Para deixar uma nota sobre a Moção apresentada pelo PS acerca da Queda do Muro de Berlim. Nós vamos votar favoravelmente esta Moção, de qualquer modo parece-nos demasiado - neste assunto, como única via consistente efectiva para uma consolidação democrática a questão do Tratado de Lisboa. Como sendo a única via, discordamos disto e também nos parece mau que numa Moção de que fale sobre a queda do muro de Berlim, que foi festejado por todos, que se esquece que vinte anos depois da queda do muro de Berlim ainda muitos muros existem para derrubar. E um dos mais marcantes divide Israel da Palestina, mais propriamente a Cisjordânia, sem sinais de reconciliação, mas com uma vontade de mudança que vai crescendo, e por acaso é significativo que por estes dias um acto simbólico ajudou a recordar o mundo de que ainda existe um grupo de trezentos activistas a derrubar uma parte desse muro, uma parte com oito metros perto de Massaara, bem perto de Belém, desde 2002 que ninguém conseguia retirar uma parte da barreira ali erguida. Mas existem mais muros. Entre os Estados Unidos e o México, em Nicósia entre os lados Gregos, Turco e de Chipre. Na Índia e no Bangladesh. Enfim, falar da queda do muro e esquecer de tantos muros que se levantam parece-nos a nós que empobrece esta Moção, mas é no fundo para deixar aqui esta nota."-----

5.8.10 - O Sr. Deputado Municipal António Neves (PSD):-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Eu gostava de deixar aqui, que é Costa da Caparica e não Costa de Caparica, a Lei assim o obriga, porque de facto quando foi criada a Freguesia em 1949, no sábado dia 13 de Fevereiro, publicado no Diário do Governo, dizia que era criada a Freguesia da Costa de Caparica a isso fomos obrigados quando tivemos que ordenar a heráldica da Costa da Caparica e foi assim obrigado a ficar Costa da Caparica pelos homens da heráldica e assim fomos obrigados porque quando enviámos para o Departamento que trata destes assuntos, enviamos com Costa de Caparica e disseram-nos que só podia ser Costa da Caparica e é da Caparica, portanto ficamos conversados, não vale a pena ter aqui mais discussões sobre o assunto.-----

Em relação a tudo o resto, quero lembrar aqui que temos muito mas mesmo muito respeito por toda a gente que trabalhou sempre as Terras da Costa, inclusivamente familiares meus que lá trabalharam durante muitos anos, já falecidos, entretanto todos nós temos de ser sérios, de saber que grande parte das Terras da Costa infelizmente hoje em dia já não servem para cultivo, e não sei se foi a Câmara se quem é que foi, se calhar até foi o ICN através da Área Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica que fechou os olhos. Não vale a pena estarmos a olhar para quem é que tem culpas ou não deixou de ter culpas, o que está aqui em questão é que temos que defender os verdadeiros. Sr. Deputado Fernando Pena, temos que defender os verdadeiros agricultores, os verdadeiros rendeiros, aquela gente que trabalha a terra para sobreviver, era bom que se visse os aquíferos, como é que eles estão, era bom que se visse como é que estão os aquíferos com os produtos que muitas vezes põem nas culturas que lá se fazem, mas isso são conversas de outro rosário. Agora para sermos sérios vamos ter que defender de facto aqueles rendeiros que utilizam as terras para sobreviver e fazem das terras o seu meio de subsistência. Agora temos que separar o trigo do joio, não estou contra si, não estou contra ninguém na defesa dos interesses das Terras da Costa, estou contra a forma como ela é apresentada."-----

5.8.11 - A Sr.ª Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Algumas breves palavras. Em primeiro lugar gostaria de deixar uma nota de reparo relativamente a algumas palavras que correspondem a verdadeiras insinuações sobre a actuação da Câmara Municipal e não posso deixar de rejeitar essas mesmas chamadas por mim insinuações. A questão da falta de transparência, gostaria de deixar mais uma vez a nota de que os Serviços da Câmara Municipal têm responsabilidades, executam o seu trabalho de uma forma escrupulosa relativamente àquilo que são as decisões dos Órgãos Autárquicos do



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

nosso Concelho. Se não o fizerem, se algum trabalhador não cumprir aquilo que são as deliberações dos Órgãos Autárquicos, naturalmente que de acordo com o Estatuto Disciplinar da Função Pública está sujeito às respectivas consequências, mas da nossa parte Câmara Municipal, não temos qualquer razão para desconfiar da forma como os trabalhadores exercem a sua função, e por isso rejeitamos liminarmente qualquer insinuação que ponha em causa a honestidade, a seriedade no exercício das funções de serviço público dos trabalhadores do Município. Também queria deixar uma palavra relativamente às chamadas coligações de interesses, não temos qualquer, não fazemos parte de coligações de interesses, seja de que natureza for a não ser coligações de interesses de serviço público da defesa do interesse público. E portanto no que diz respeito à problemática que aqui foi trazida sobre as Terras da Costa, eu gostava de dizer que o que está em causa na intervenção do Sr. Deputado Municipal é o Polis da Costa da Caparica, o Sr. Deputado não está de acordo com o Polis, não quer que o Polis se faça e portanto é essa a sua razão, é a razão da sua intervenção e da proposta que traz a esta Assembleia Municipal. Já o deixou claro em muitos momentos e em muitas posições que assumiu. Agora uma coisa é certa, o Polis da Caparica de acordo com a Assembleia Municipal, com os consensos alargados e as posições unânimes que têm sido assumidas pelos órgãos autárquicos do nosso Concelho, o Polis dever ser concretizado até ao fim. Há um Plano de Desenvolvimento Estratégico contratualizado entre o Município e Governo. Os governantes que também se foram sucedendo, e o que o nosso Município tem vindo a exigir, e sempre, é a concretização em absoluto do Plano de Desenvolvimento Estratégico da Costa da Caparica. De facto parece ter chegado atrasado, porque a própria discussão pública do Estudo de Impacto Ambiental da Estrada Regional 377-2 já aconteceu, não foi iniciativa da Câmara, foi das Estradas de Portugal, todos tiveram oportunidade de intervir individualmente e colectivamente, o Sr. também teve com certeza essa possibilidade, se não a usou foi porque entendeu não fazê-lo. Dizer-lhe que as Terras da Costa estão salvaguardadas na maior parte da sua área para hortas urbanas, assim está consignado na própria proposta de Plano de Pormenor da Frente Urbana e Rural Nascente. Mas é preciso que o Polis se concretize, e é preciso que a Estrada Regional 377-2 que faz parte do Plano Rodoviário Nacional, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia queria dizer Plano Rodoviário Nacional, falou de Plano de Mobilidade, mas Plano Rodoviário Nacional aprovado pelo Governo e sobre o qual também o nosso Município em devido tempo se pronunciou. Portanto, estamos em crer que a defesa da natureza, dos valores naturais, estarão devidamente assegurados por todos os trabalhos que foram sendo feitos de avaliação de impacte ambiental. Os próprios projectos têm que respeitar a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

declaração de impacte ambiental, é uma questão obrigatória e portanto cremos que esses aspectos estarão absolutamente salvaguardados. Também queria dizer que no que diz respeito ao nosso Concelho, não estamos afogados em betão, naturalmente existe construção no nosso Concelho, mas 50% do nosso Concelho corresponde a áreas verdes de protecção e enquadramento, zonas florestais, etc. É bom que também isso seja conhecido, basta medir, o acesso a estes dados existe para toda a gente, basta consultar o que está disponível e portanto isto são dados objectivos, dados conhecidos publicamente e portanto que desmentem aquilo que o Sr. Deputado Municipal, sistematicamente quer fazer crer do nosso Concelho. Os almadenses gostam do seu Concelho, e não gostam de o ouvir falar como o Sr. fala do Concelho de Almada. Sobre isto penso que não terei mais nada a acrescentar. Plano de Pormenor da Frente Urbana e Rural Nascente defende as hortas urbanas, e o Polis é para cumprir seguramente. Mantemos a maior parte de nós essa posição relativamente ao Polis da Caparica, é preciso levar o Metro à Costa sim senhor, e num primeiro momento que seja levado até onde for possível, e é possível levar o Metro à Costa até à Av.ª General Humberto Delgado, até junto ao Bairro do Campo da Bola com uma única linha até que o processo depois avance e permita desenvolver por inteiro todo o traçado e toda a rede. Talvez tenha sido isso que na campanha eleitoral tenha estado presente da parte de uma força política que deixou claro que defendia o metro até à Costa da Caparica e rapidamente até 2012. Eu digo que é possível a 1ª fase com apenas uma linha, esse trabalho está feito, conheço, contribuimos para ele e também nós defendemos que este projecto com esta 1ª fase possa ser concretizado neste horizonte. Isto é Polis da Costa da Caparica, isto também é Polis da Costa da Caparica. Queria deixar também nota que a Estação de Vale Flores e aqui falava para o colega Leitão, a Estação de Vale Flores fez parte do eixo ferroviário Norte/Sul, e a Estação de Vale Flores foi considerada no projecto inicial do eixo Norte/Sul. A própria Câmara Municipal adquiriu terrenos para esta estação e para um parque de estacionamento associado à Estação. Razões enfim, que tiveram com certeza a ver com o desenvolvimento do projecto levaram o Gabinete do Nó Ferroviário a não concretizar nessa fase a estação de Vale Flores. Ela faz todo o sentido, não é a primeira vez que é colocada numa posição a assumir pela Assembleia Municipal, e tem sido colocada também aos diferentes governantes. Esta era uma belíssima solução no sentido de fazer o rebatimento do transporte rodoviário da Sobreda, da Charneca e porque não da Costa da Caparica para aquela estação e a partir dali naturalmente para o Comboio da Ponte, mas também para o Metro Sul do Tejo, no Pragal. Eu penso que, estou a dizer isto para ajudar a perceber um pouco melhor o histórico deste processo. Naturalmente que a Escola, uma Escola do 2º e 3º



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Ciclo na Charneca a par do 1º Ciclo. Teremos oportunidade a curto prazo de também apreciar a proposta de Plano e Orçamento da Câmara Municipal e aí teremos oportunidade de perceber que certamente que será assim viabilizado a sua tempo, mas que o alargamento da Rede na Charneca, é uma prioridade e vai estar já no Plano e Orçamento para 2010. 2º e 3º Ciclo seguramente, tem toda a razão, mas há uma aspiração grande e não podemos ignorar da população da Charneca daquele território relativamente à Escola Secundária. Quando isto é colocado não quer dizer que seja amanhã, e o Sr. Deputado sabe como responsável, tem tido estas matérias na sua mão há algum tempo, que primeiro que nós consigamos chegar à concretização de um projecto demoramos anos, e portanto eu penso que é pertinente que seja colocado, na ordem do dia, não quer dizer que seja assumido imediatamente por este orçamento ou pelo próximo, mas que é verdade é que começa a fazer caminho, e nós sabemos bem quanto tempo é necessário para que determinados projectos seja em que área for, sejam assumidos pelo Orçamento de Estado, sabemos que é preciso fazer um caminho, veja-se o Quartel da GNR na Charneca de Caparica ou outros projectos mesmo ao nível do ensino. Portanto, não me parece desadequado que neste sentido se lance esta chamada de atenção e ela corresponde de facto a uma aspiração da nossa população naquela zona. Gostava também de dizer que em relação ao combate à pobreza e ao ano europeu do combate à pobreza e à exclusão social, iremos mal se ficarmos felizes com aquilo que está previsto em termos de verbas para o nosso Distrito. Para o nosso Distrito está previsto vinte e três mil euros e estes vinte e três mil euros estão destinados a acções de promoção de workshops, informação. O combate à pobreza tem que ser uma atitude e uma prática e uma política de todos os dias, naturalmente que este ano é importante porque chama a atenção para os problemas da pobreza e para as suas causas e obviamente que todos nós temos obrigação e estaremos certamente atentos e intervenientes com toda a nossa comunidade no sentido de desenvolvermos o maior número possível de acções, mas não apenas porque é o ano, acções que perdurem para além do ano como fazemos toda a nossa vida porque a pobreza é uma chaga com a qual não nos conformamos, ninguém se conforma. Agora, ninguém deixa de utilizar um cêntimo, mas é para isto, promoção de workshops, informação. É um assunto que no núcleo executivo do Conselho Local da Acção Social já começou a ser falado sobretudo para um plano concelhio que envolva a nossa rede social, a nossa rede solidária, quer ao nível das Freguesias, quer ao nível do Concelho por inteiro e certamente que mais uma vez seremos capazes de dar provas de que temos uma rede solidária de que todos fazemos parte, capaz de concretizar um programa sério e um programa que deixe resultados para o futuro. Queria também dizer que em relação à corrupção nós fazemos da



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

luta contra a corrupção uma forma de estar no exercício do serviço público. Para nós mais do que um Plano de Prevenção do risco e gestão, etc., muito bem assumido pela nossa Associação Nacional de Municípios Portugueses o que quer dizer que os Municípios no seu conjunto porque todos estamos na associação se preocupam com esta matéria, mas também sendo interessante, mais interessante do que isso é em cada dia fazemos de facto da luta contra a corrupção uma forma de estar e de exercer o serviço público. E eu aqui queria dizer que é isso que acontece no nosso Concelho e por isso não temos tido situações que infelizmente noutras localidades e noutras realidades têm vindo à luz do dia e que todos conhecemos bem. Portanto era no essencial o que gostaria de deixar sobre as questões aqui trazidas, muito obrigada pela vossa atenção."-----

5.8.12 - O Sr. Deputado Municipal Vitor Castanheira (PS):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Só duas pequenas notas relativamente ao voto de congratulação, nós retiramos o "único" caminho, embora com a ressalva que de facto a integração europeia neste momento é o caminho, parece que não levanta grandes dúvidas.-----
Relativamente à leitura de que o muro é unicamente o de Berlim, eu julgo que o primeiro parágrafo da segunda folha acaba por também ir de encontro àquilo que foi dito."-----

5.8.13 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Pedi a palavra para dizer qual é o sentido de voto da CDU relativamente aos quatro documentos apresentados pelas outras forças políticas. Iremos votar contra a proposta do Partido Socialista de congratulação acerca da destruição do muro de Berlim. Iremos votar contra a proposta do CDS acerca das Terras da Costa, iremos votar contra a proposta do Bloco de Esquerda sobre a Luta Contra a Corrupção, e iremos abster-nos na proposta do Bloco de Esquerda sobre a Luta Contra a Pobreza. Começando pelo muro de Berlim, é evidente que estamos aqui em terreno político e a primeira declaração que importa fazer, firme e clara é que nós somos genericamente defensores de uma sociedade socialista e é pela construção possível de uma sociedade socialista que nunca poderemos desligar da democracia e da liberdade que nos batemos no passado e continuamos a bater-nos no presente. Somos contra a falsificação da história e somos contra o maniqueísmo, (Sr. Vereador eu pedia-lhe que respeitasse a minha intervenção, estamos muito próximos e eu gostava de poder falar).-----
Portanto, estava eu a dizer que somos contra a falsificação da história, somos contra maniqueísmos simplistas de interpretação seja do que for, e é isso que aqui hoje acontece.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Podíamos dizer que o fracasso da primeira experiência socialista no mundo deveu-se exactamente ao facto e na medida em que os ideais do socialismo não vieram a ser respeitados e por isso ela pereceu.-----

Convém no entanto dizer com toda a clareza que a primeira experiência de socialismo que existiu no mundo trouxe consigo a nível da luta pela paz, do combate contra o colonialismo, do combate contra o imperialismo e a nível de muitas questões sociais foi muito mais longe em termos da garantia real e não formal de muitos direitos humanos, como por exemplo a saúde, onde a sociedade onde este muro foi derrubado já tinha resolvido um problema que os Estados Unidos hoje ainda não foram capazes de resolver. A população desse país entende, contraditoriamente, ou lê a complexidade e a contradição de todos estes fenómenos, estudo recente mostra que cinquenta e sete por cento dos Alemães da ex-RDA preferem a sociedade desse tempo a esta que têm hoje. Espanta-nos que um Partido que se diz socialista aponte o Tratado de Lisboa como único caminho para as liberdades e para construção do futuro, como se o capitalismo fosse o fim da história ou como se competisse aos socialistas defender a sociedade capitalista. O Tratado de Lisboa não é conhecido dos portugueses, foram proibidos de o referendar. O Tratado de Lisboa retira e vai retirar ainda mais direitos ao povo português de participar nas decisões do seu próprio destino. O Banco Central Europeu vai ficar ainda com mais meios para poder decidir acerca da política monetária, aquilo que vai passar a ser decidido em Bruxelas nem tem que ser ratificado pelos parlamentos nacionais ou pelos governos nacionais. A perda de direitos a nível do trabalho é incalculável. Portanto isto basta para obviamente votarmos contra esta proposta. Aqui já foi afirmado e não vamos desenvolver, o que nos preocupa são os muros que hoje existem por esse mundo fora, que continuam a construir ou a proibir sociedades onde as liberdades, onde o socialismo, onde a igualdade, onde o fim da exploração do homem pelo homem. Em suma, um humanismo verdadeiro que se possa exprimir ao nível daquilo que todos os seres humanos merecem. Relativamente à proposta do Bloco de Esquerda sobre a luta contra a corrupção, digamos que o Bloco de Esquerda põe em causa a seriedade e a transparência da Câmara Municipal de Almada. Entendemos que não o deveria fazer, pede que lhe seja remetido um documento que só teria de estar pronto, ou só terá de estar pronto em 31 de Dezembro, embora este argumento seja mais fraco. E queremos também referir esta ideia peregrina de envolver a Assembleia Municipal naquilo que de facto é não uma recomendação, mas um requerimento à Câmara que informe a Assembleia. Perguntamos nós se qualquer Deputado Municipal pode ou não pode ou deve requerer, se por acaso nós aqui o votássemos ou como vamos votar contra. Temos o entendimento de que a Câmara Municipal de Almada deve prestar a esta



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Assembleia todos os esclarecimentos necessários. Temos a maior das certezas de que a transparência da gestão da Câmara não pode ser posta em causa.-----

Relativamente à Moção da Luta contra a pobreza, dizer apenas que é a mais pobre de todas as propostas que alguma vez nos foi dada a ler acerca da pobreza. Nós vamos abster-nos e vamos abster-nos por entender que esta proposta nem merece voto contra.-----

Por muitas razões que aqui já foram aduzidas, porque a Câmara Municipal de Almada tem feito muito mais do que isto que aqui se pede, não é a Câmara Municipal de Almada que tem desperdiçado oportunidades nesta luta, o Bloco de Esquerda é que perde nesta proposta a oportunidade de explicar a esta Assembleia o que é que está a propor, porque nem isso se percebe, algumas acções concretas de combate à pobreza, ninguém sabe o que isto é, ninguém sabe o que está a ser proposto."-----

5.8.14 - O Sr. Deputado Municipal Joaquim Courinha Leitão (PS):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Umhas breves palavras antes de procedermos às votações. O Grupo de Deputados do Partido Socialista está em condições de votar favoravelmente os textos apresentados pelo Bloco de Esquerda e o texto que tivemos também oportunidade de apresentar sobre a queda do muro de Berlim. E esse propósito assinalar a extrema coerência do Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas da CDU. De facto eu tive oportunidade de apresentar um texto sobre este mesmo assunto há vinte anos, como Deputado Municipal, tive a satisfação nessa altura de ver esse texto aprovado e tínhamos acrescentado no texto uma nota que era: se aprovado pela Assembleia Municipal, deve ser divulgado junto da comunicação social. E foi-o de facto, foi um momento para mim gratificante. Como Deputado Municipal gostava de assinalar aqui, e gostava de também referir uma passagem que penso que é muito paradigmática da intervenção do Sr. Deputado Sérgio Taipas. Referiu o Sr. Deputado que neste momento há 55%, se não me engano foi o número que referiu, de alemães do leste que preferiam o sistema anterior ao sistema actual. Sr. Deputado, eu não estranho que isso aconteça assim, há de facto dificuldades e as pessoas têm dúvidas, têm questões, têm desconfortos, agora o que têm é a possibilidade de expressar esses mesmos desconfortos. Na altura, há vinte e poucos anos atrás, de certeza que nem 1% dos alemães do Leste estavam contra o regime, porque se o estivessem davam com os costados na prisão como o Sr. Deputado sabe perfeitamente que acontecia em todos os países do socialista real. Portanto, eu agradeço ao Sr. Deputado a intervenção que teve a oportunidade de fazer, de mostrar a sua coerência relativamente à fidelidade a princípios que foram registados por todo o mundo democrático.---



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Quanto aos dois outros textos apresentados, gostava de dizer que apesar da simpatia que lhe pode merecer a ideia da agricultura, não podemos deixar de registar votando contra o texto do CDS-PP, visto que põe em causa aquilo que consideramos da natureza, do ambiente. Concilia-nos com as necessidades dos cidadãos, dos homens e das mulheres da Sociedade de hoje. E portanto não posemos deixar de rejeitar a proposta que apresentou.-----

Quanto à Moção /Deliberação sobre o PIDDAC a nossa posição mantêm-se, aliás penso que na intervenção da Sr.ª Presidente também, eu não quero alimentar polémicas agora sobre essa matéria, mas pareceu-me ouvir também que há assuntos relativamente aos quais a actualidade, a necessidade de inscrever imediatamente no PIDDAC não é completamente clara e portanto isto permite-me reforçar a ideia de que há aqui aspectos que não estão consolidados, que merecem um aprofundamento maior, e isto sem prejuízo de o Partido Socialista, os autarcas do Partido Socialista estarem obviamente disponíveis para colaborar nos próximos tempos na defesa de todos os projectos que sendo viáveis nas condições objectivas que o País vive, possam favorecer o Concelho de Almada, mas não podemos votar a favor e abster-nos-emos sobre esta moção/deliberação da CDU."-----

5.8.15 - A Sr.ª Deputada Municipal Maria Ermelinda Toscano (BE):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Apenas só duas pequenas questões. Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Sérgio Taipas, a nossa Moção da Luta Contra a Pobreza, penso que se a concretizássemos, se falássemos nas efectivas acções concretas, se calhar seríamos acusados de estar a fazer uma ingerência naquelas que são as atribuições e competências da Câmara. Portanto, de qualquer dos modos seria sempre o mesmo tipo de posição. Tanto fazia, apresentássemos ou não as propostas concretas.-----

Relativamente à questão da Luta Contra a Corrupção, penso que a coisa é efectivamente muito mais séria, muito mais grave. Porque em nenhuma das palavras que nós colocámos nessa moção, estamos alguma vez a pôr em causa a seriedade da Câmara, muito menos a duvidar da honestidade dos trabalhadores da Câmara. Todavia, se quem não deve não teme, eu gostava o Sr. Sérgio Taipas que foi realmente quem aqui falou, ou quem estiver da parte da Vereação, da Sr.ª Presidente nomeadamente, que nos diga se quem não deve não teme, porque é que no Requerimento que há três meses, fez ontem precisamente três meses, onde solicitámos uma série de documentação sobre recursos humanos (documentação pública obrigatória de fazer: são mapas, despachos, uma série de informação que deveria estar afixada, portanto ela deve ser pública), porque é que não nos é enviada, se não tem nada a temer, se não há realmente quaisquer dúvidas sobre a honestidade seja dos trabalhadores,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

seja do Município (nós não estamos efectivamente a colocar isso em causa) entreguem a documentação ou deixem-nos aceder a ela. Nós nesse Requerimento, falamos nas várias hipóteses que poderíamos aceder à documentação. É muita? Efectivamente é. Pode ser até um acesso faseado com uma própria CADA, que se pronunciou sobre o assunto, disse que podia ser."-----

5.8.16 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Gostava em nome da bancada rapidamente passar pelas moções e dar também o nosso sentido de voto. Vamo-nos abster nas moções do Bloco de Esquerda, sendo que na moção da luta contra a pobreza vamos apresentar uma declaração de voto em nome da bancada do Partido Social Democrata na voz do Sr. Presidente da Junta da Costa da Caparica. Vamos também votar contra a moção do CDS-PP também com uma declaração de voto do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica. E para o fim deixava a Moção do PS e da CDU começando por esta da CDU sobre o Orçamento de Estado. Mais uma vez esta Moção vem aqui à nossa câmara, faz todo o sentido, mais uma vez o Partido Social Democrata diz aquilo que tem vindo a dizer ao longo dos anos que é, tudo isto aqui é necessário, ninguém o discute, só que há coisas mais prioritárias do que outras.-----

Há aqui situações que realmente são prioritárias em relação a outras. E é isso que nós gostávamos de ver neste documento que houvesse uma reflexão mais profunda em que se pudesse analisar com calma, tal como a Sr.^a Presidente fez agora aqui em relação à Estação Ferroviária de Vale Flores, outras situações que há aqui, porque há aqui situações realmente muito importantes para o nosso Concelho, e há outras que com o decorrer dos anos provavelmente irão acabar por acontecer, mas não são assim tão necessárias. E que acho que este é um debate que devia ser um debate sério, acho que era importante até para todos nós, todos nós temos a aprender com isto, porque há aqui situações que nós não conhecemos tão bem como outros conhecem e vice-versa, e mais uma vez achamos que este documento é um documento em que se pede tudo, que se reivindica, mas no fundo parece que não se quer nada, porque pede-se tudo. E nós sabemos perfeitamente que infelizmente o País não é rico, o País tem recursos que são finitos e acho que se o PIDDAC tem que servir 308 Concelhos no País, é normal, é natural que a Câmara de Almada, a Assembleia Municipal de Almada e todos os seus eleitos possam dizer aquilo que acham que é mais importante num determinado momento para a vida no seu Concelho. E como tal nós além de pedirmos à CDU se assim o entender uma votação ponto por ponto, isto é o ponto 1 e o ponto 2, porque obviamente como ponto 2 não concordamos e achamos que estamos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

aqui a dar uma carta branca à Câmara Municipal e achamos que a Câmara não tem necessidade de ter este apoio para estas iniciativas porque a Câmara tem a sua legitimidade própria, e como tal se houvesse votação ponto por ponto nós agradecíamos.-----
Em relação à Moção do PS, ao seu voto de congratulação, só podemos dizer o seguinte, somos totalmente a favor e eu como jovem faz-me confusão como é que ainda continua a haver bancadas parlamentares e Partidos políticos que defendam o que defendem até parece que o muro lá estava bem, até parece que querem que o muro volte e se há muros pelo mundo fora, ali houve um que foi abaixo, há mais que também têm que ir abaixo, mas ali houve um, só que infelizmente parece que certas bancadas não o sabem. E eu já agora gostaria só de terminar com uma reflexão de um colunista muito conhecido da nossa praça o João Pereira Coutinho que diz numa crónica muito interessante acerca deste assunto o seguinte, não são palavras minhas mas eu gostaria de deixar esta reflexão aqui para todos nós e para a citar. Talvez no século XXII em que todas estas discussões não serão apenas absurdas, serão sobretudo imorais. O comunismo, o nazismo ou o fascismo são três géneros bastardos que ficarão apenas como páginas sem perdão, que nenhuma pessoa civilizada e mentalmente sã será capaz de defender ou desculpar, enquanto esse dia não chega, razão tinha o outro poeta que diz, é triste nascer, viver e morrer assim."-----

5.8.17 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais e Sr. Deputado Municipal Fernando Pena, o tempo esgotou-se, estamos obrigados pelo artigo 53º, nº 5, do nosso Regimento, quando há tempos globais, os pedidos de esclarecimento, os protestos, entram nos tempos globais, é uma das coisas que vimos ultimamente e quando falo ultimamente foi na segunda-feira, e vamos cumprir os tempos. Eu o apelo que vos faço é que se cumpra os tempos regimentais."-

5.8.18 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Há uma grelha de tempos para o Período de Antes da Ordem do Dia, e essa grelha de tempos prevê num período e um outro período de reforço, gostaria que o Sr. Presidente esclarecesse qual é o critério do reforço."-----

5.8.19 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
O critério do reforço foi dar o reforço todo. O Sr. leu quatro páginas, tinha cinco minutos, não era possível, por isso foi o tempo disponível na grelha a), mais o reforço."-----

5.8.20 - A Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

É só para informar a bancada do PSD que a CDU não vai aceitar a votação do 1º ponto e do 2º porque entendemos que um está interligado ao outro."-----

5.9 - Não havendo mais pedidos de palavra foi encerrado o debate e passou-se à votação dos documentos.-----

5.9.1 - A Moção/Deliberação sobre o Orçamento de Estado para 2010 e Programa de Investimentos para o Concelho, apresentada pela Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por maioria com vinte e oito votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda, de eleitos do BE e dos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia de Charneca de Caparica - PS, Trafaria - PS e Costa de Caparica - PSD) e dezasseis abstenções (de eleitos do PS, PSD e CDS-PP).-----

5.9.2 - O Projecto de Deliberação sobre as Terras da Costa, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Fernando Pena, foi rejeitado por maioria com trinta e nove votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda, de eleitos do PS, inclusive os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia da Charneca de Caparica e Trafaria, de eleitos do PSD, inclusive o Sr. Presidente de Junta de Freguesia da Costa de Caparica), dois votos a favor (de eleitos do CDS-PP) e três abstenções (de eleitos do BE).-----

5.9.2.1 - Apresentaram declarações de voto escritas os Srs. Deputados Municipais António Neves e Fernando Pena.-----

5.9.2.1.1 - O Sr. Deputado Municipal António Neves (PSD):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

A bancada do PSD da Assembleia Municipal de Almada declara que votou contra o projecto de deliberação apresentado pelo CDS-PP, pelo facto de não estarem apresentadas as verdadeiras questões que devem ser defendidas nos superiores interesses dos verdadeiros rendeiros das Terras da Costa da Caparica.-----

1) Assim, entendemos que, devem ser prestados esclarecimentos devidos e necessários pelas Estradas de Portugal os rendeiros da Costa da Caparica sobre a construção da Estrada 377/2 e que sejam encetadas negociações para o reordenamento do cultivo das Terras da Costa para quem de direito as utilize para o efeito a que sempre se destinaram.

2) Que sejam averiguadas as situações e que sejam tomadas as devidas acções para quem utiliza as terras de cultivo para outros fins tais como a construção clandestina (da qual retiram lucros substantivos sem quaisquer encargos fiscais) e que de todo subvertem



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

a função de cultivo que se encontra devidamente regulamentado na Lei que criou a Reserva Agrícola Nacional."-----

5.9.2.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Hoje escreveu-se uma das páginas mais negras da história política de Almada.-----

Em nome de uma estratégia de betão e cedência aos interesses imobiliários, esta Assembleia associa-se à condenação do mais rico património do Concelho e ao menosprezo por direitos elementares de muitas famílias.-----

O CDS-PP não será coberto pela vergonha como um dos seus responsáveis."-----

5.9.3 - A Moção/Deliberação sobre Luta Contra a Pobreza, apresentada pela Sr.ª Deputada Municipal Maria Ermelinda Toscano, foi aprovada por maioria com dezasseis votos a favor (de eleitos do PS, inclusive os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia da Charneca de Caparica e Trafaria, de eleitos do BE, e de eleitos do CDS-PP) e vinte e oito abstenções (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda, e de eleitos do PSD, inclusive o Sr. Presidente de Junta de Freguesia da Costa de Caparica).-----

5.9.3.1 - Apresentou declaração de voto por escrito o Sr. Deputado Municipal António Neves.-----

5.9.3.1.1 - O Sr. Deputado Municipal António Neves:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

A fome, a miséria, a pobreza encoberta, o desemprego e a toxicodependência são portas abertas para a pequena criminalidade numa primeira fase e na violenta criminalidade quando esta franja (grande hoje em dia) da população atinge o desespero.-----

O Concelho de Almada em geral e a Costa da Caparica em particular sofrem com esta situação grave que atinge transversalmente toda (?) a sociedade portuguesa.-----

Por tudo isto solicita-se que sejam feitos levantamentos com carácter de urgência através da Segurança Social, Clasa, Conselhos Sociais de Freguesia de um levantamento de situação social do Concelho, com rigor e em que sejam tipificados os seguintes pontos:-----

1) Famílias que recebem o Rendimento Social de Inserção e que possam não possuir condições para tal e que impedem o acesso a famílias que do mesmo necessitam.-----

2) Que se verifique quem não quer aceitar as propostas de emprego propostas pela entidade competente e que continuam a obstaculizar o acesso a outros cidadãos dele necessitados.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

3) Que se verifique através destes três canais e com o rigor que a situação exige quais os agregados familiares e/ou pessoas individuais possam ser abrangidas por incentivos sociais e que o compensem com trabalho para a comunidade."-----

5.9.4 - A Moção/Recomendação sobre Luta Contra a Corrupção, foi rejeitada por maioria com vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda), dezasseis votos a favor (de eleitos do PS, inclusive os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia da Charneca de Caparica e Trafaria, de eleitos do BE, e de eleitos do CDS-PP) e seis abstenções (de eleitos do PSD, inclusive o Sr. Presidente de Junta de Freguesia da Costa de Caparica).-----

5.9.5 - O Voto de Congratulação sobre 20 anos da Queda do Muro de Berlim, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Vitor Castanheira, foi rejeitado por maioria com o voto de qualidade do Presidente da Assembleia - com vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda) e vinte e dois votos a favor (de eleitos do PS, inclusive os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia da Charneca de Caparica e Trafaria, de eleitos do PSD, inclusive o Sr. Presidente de Junta de Freguesia da Costa de Caparica, de eleitos do BE e de eleitos do CDS-PP).-----

5.10 - Usaram da palavra para produzirem declarações políticas, os Srs. Deputados Municipais Luís Filipe Pereira; Miguel Duarte e Sérgio Taipas.-----

5.10.1 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

No início de mais um mandato, dirijo uma saudação a todos os autarcas eleitos, quer na condição de autarcas eleitos para as Assembleias de Freguesia/Juntas de Freguesia, Assembleia Municipal e Câmara Municipal, a todos desejos de bom trabalho.-----

Saúdo igualmente as centenas de cidadãos e cidadãs que com a sua participação nas diferentes listas partidárias, deram corpo e tornaram possível a eleição dos órgãos autárquicos do nosso Concelho.-----

Uma palavra para todos os eleitores que usaram e honraram o seu direito ao voto. No entanto, não podemos deixar de constatar que são, muitos os que não participam no acto eleitoral. Digamos que estes são portadores de alguma mensagem; nem que seja a mensagem da indiferença, à qual nós não podemos ficar indiferentes. A indiferença e o alheamento, não são amigos da Democracia.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

É expectável que a partir de um trabalho sério e sensível de todos os autarcas eleitos, a pensar nos anseios das gentes da nossa Terra, independentemente da sua filiação partidária, isso possa afectar positivamente os Almadenses, reforçando a confiança a quem já acha que vale a pena participar e cativando novos quadrantes para a participação na vida da sua Freguesia e do seu Concelho.-----

Faz todo o sentido, ambicionar que muitos mais participem no desenvolvimento, que se pretende solidário da sua Terra ou que adoptaram como sua.-----

Temos pela frente um período de 4 anos, pretende-se que sejam 4 anos de trabalho, com os olhos postos nas situações reais que temos no nosso Concelho.-----

4 anos, parece muito tempo; depende da perspectiva, mas para quem sofre dos males maiores da nossa sociedade que se abateram sobre muitos dos nossos concidadãos e teimam em não desaparecer; é de facto muito tempo.-----

Será pouco tempo para fazer, mas é certamente muito tempo para sofrer.-----

É pois impossível para o BE, usar do direito à palavra sem exprimir a mais profunda e veemente preocupação, por esta situação de desemprego, emprego precário e trabalho mal pago, que grassa no nosso País, com reflexos inevitáveis no nosso Concelho.-----

Em Almada é preciso definir políticas que vão em sentido contrário. Da Câmara Municipal, espera-se que seja a primeira a dar o exemplo, desde logo garantindo que sejam tomadas medidas, para que não se verifiquem situações de trabalho precário na autarquia.-----

Este seria um contributo louvável, perante um País que assiste silencioso à perda do Direito ao Trabalho.-----

Portugal é um dos países onde a precariedade mais tem subido e a desigualdade entre ricos e pobres é maior.-----

Estes são factores de inquietação que não podemos calar.-----

Sabemos das responsabilidades dos sucessivos governos do Poder Central, mas esse facto não nos pode impedir de analisar onde e como pode o Poder Autárquico ser factor para contrariar os desequilíbrios existentes. Quer nas funções sociais, como na habitação social, no apoio aos idosos e às comunidades imigrantes, para citar alguns exemplos que com medidas adequadas pode fazer-se toda a diferença e reduzir as desigualdades sociais.-----

É urgente fazer um levantamento sério de todas as barreiras arquitectónicas existentes, que tanto dificultam a vida das pessoas com deficiência.-----

É urgente intervir no espaço urbano. Em várias Freguesias é visível o abandono a que os proprietários votaram os seus imóveis, uns por manifesta falta de meios para resolver as situações outros com intuídos de especulação.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A verdade é que esta situação da degradação dos imóveis em nada abona a favor de uma melhor qualidade de vida dos cidadãos.-----

Para terminar, um agradecimento particular a todas e a todos, que com o seu voto contribuíram para que o Bloco de Esquerda pela primeira vez, esteja representado na vereação da Câmara Municipal de Almada.-----

Este factor é motivo de orgulho para o BE, representa um acréscimo de confiança dos Almadenses nas nossas posições e actuação.-----

Vamos continuar o nosso caminho com humildade, responsabilidade e dedicação."-----

5.10.2 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Duarte (PS):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Os nossos cumprimentos a todos os eleitos e os desejos do Partido Socialista de um bom Mandato para todos. Ficou claro na escolha dos eleitos de Almada, que houve uma renovação da confiança na maioria que Governa o Concelho de Almada há trinta anos muito embora os eleitores tenham preferido não renovar a maioria absoluta da CDU, situação que apenas aconteceu em 1989.-----

Fecha-se assim um ciclo de poder absoluto de um só partido em Almada, iniciamos um novo ciclo que implicará novas responsabilidades, mas também uma nova atitude. Desde logo e em primeiro lugar no respeito pelo mandato dos eleitores, os eleitos do PS assumirão os seus mandatos autárquicos fiéis ao programa que apresentaram aos eleitores e que resultou de um grande movimento de participação dos cidadãos no espaço Almada 2009. Como consequência primeira deste entendimento quero assegurar a todos os cidadãos de Almada que o PS não partilhará quaisquer funções executivas na Câmara Municipal ou nas Juntas de Freguesia de maioria de outro Partido, entendendo que os executivos minoritários não devem ser inviabilizados, foi essa a vontade dos eleitores, mas não contam em qualquer circunstância com a participação do PS. Os Autarcas do PS analisarão todas as propostas uma a uma e viabilizarão tudo o que entenderem estar de acordo com o seu programa e com os interesses de Almada e assumirão com normalidade democrática todas as divergências que tenham com a actuação da maioria. Entendemos que da parte da maioria deverá haver uma mudança de atitude no seu relacionamento com as oposições. A arrogância que tem caracterizado estes últimos mandatos, deverá resultar agora numa atitude mais aberta ao diálogo e à negociação, à normalização democrática do relacionamento institucional entre a maioria e as oposições e o respeito pela diversidade de opiniões.-----

O Partido Socialista sempre considerou e continua a considerar que quem venceu as eleições deve governar. Como tal não colocou qualquer obstáculo ao Executivo Municipal, assume-se



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

como oposição responsável e construtiva em todo o universo autárquico e espera que outros façam o mesmo onde o PS é poder. Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados Municipais, estaremos sempre à altura nos melhores e nos piores momentos, não queremos impor a quem foi o vencedor o programa com que nos apresentamos ao eleitorado, mas não aceitamos no espaço de diálogo e de consensos que venham a ser criados sobre os diferentes temas concelhios, impor-nos aquilo que é para nós desajustado e politicamente inadequado por não servir no nosso entendimento os interesses dos munícipes almadenses. Neste sentido Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados Municipais, o Partido Socialista como disse, assume-se como oposição responsável e construtiva aprovando aquilo que deve ser aprovado e reprovando aquilo que no entendimento dos seus eleitos não deve merecer a sua aprovação. A autonomia no pensamento e na acção política é um instrumento que estará presente em cada um de nós e conseqüentemente em todos nós. Esperamos que por parte de outros partidos aqui representados tenham essa prática quotidiana, não perdendo a sua identidade no facilismo sem retorno, defraudando assim o eleitorado que neles depositou a confiança esperando o seu contributo para a melhoria das condições de vida de todos os residentes do nosso Concelho.-----

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados Municipais, é com esta postura que aqui estamos, sempre disponíveis com a convicção de que os consensos não passam por impor a nossa vontade, mas sim por aceitar a opinião de cada um e de todos, sendo nesse acto de inteligência que consiste a solução final que é sempre a mais abrangente e que valoriza todos os actores que para ela contribuíram. Sempre disponíveis para o confronto de ideias no respeito por cada um e por todos, convictos plenamente que é através do debate franco, firme e transparente que daremos o nosso contributo para a causa que defendemos. Sempre disponíveis para acolher todos os contributos, tendo em conta que é a soma das partes que faz o todo.-----

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados Municipais,, para terminar dizer que pela nossa parte este será o mandato que poderá ficar na história, mas a história é feita pelos homens e pelas mulheres e serão estes homens e estas mulheres os protagonistas destes quatro anos de mandato a partir do qual se fará a sua história."-----

5.10.3 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
No inicio deste novo mandato, saudamos os cidadãos do Município de Almada em especial aqueles que a titulo individual ou integrados nas mais diversas instituições, participaram e participam activamente na construção da nossa vida em comunidade.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Saudamos os eleitos de todas as forças políticas, Presidente e Vereadores da Câmara Municipal, Deputados Municipais desta Assembleia, Presidentes das Juntas de Freguesia e autarcas nas Juntas e Assembleias de Freguesia. Saudamos os Trabalhadores das Autarquias do nosso Município, suporte essencial e insubstituível na concretização do projecto autárquico. O povo de Almada decidiu democraticamente sobre as linhas orientadoras fundamentais para o mandato de governação do Município nos próximos quatro anos e escolheu os seus protagonistas, se pela décima vez consecutiva que foi reafirmada a confiança na CDU, devendo essa orientação ser obviamente respeitada, o que está em causa em primeiro lugar é o cabal cumprimento e aprofundamento de um programa capaz de prosseguir o desenvolvimento solidário na defesa dos serviços públicos de qualidade e proximidade dos cidadãos através de uma gestão rigorosa, competente e séria orientada para a melhoria das condições de vida e a participação da população do Concelho na causa pública. Fomos mandatados para desempenhar tarefas no âmbito desta Assembleia Municipal que é um órgão deliberativo, fiscalização do Executivo e acompanhamento da sua actividade com papel relevante na definição de opções de ordenamento e de gestão. Mas também de permanente representação de interesses e aspirações fundamentais das populações do Concelho cuja linha orientadora essencial exige que se exprima em contextos de democracia representativa e participativa. De facto a CDU orienta-se por uma concepção democrática e participada do exercício do poder que tem como condições essenciais a participação dos trabalhadores e dos cidadãos, a honestidade, a defesa dos interesses da população como critério das decisões, a salvaguarda do serviço público municipal nas áreas de competência do Poder Local, o combate à alienação de funções e competências das autarquias ou à asfixia da sua autonomia administrativa e financeira. De acordo com estes princípios que apenas se compreendem quando contextualizados na contribuição mais ampla para a construção de uma sociedade mais justa, aqui nos comprometemos a desenvolver na Assembleia Municipal de Almada a defesa e valorização de um projecto de desenvolvimento para o Concelho que se reafirma ao ser sufragado. Um projecto de Desenvolvimento que se propõe concretizar em oito grandes eixos de intervenção um Concelho com uma forte identidade cultural e territorial atractivo pelas suas singularidades, história, natureza e localização, que se pretende cada vez mais eficiente na relação dos seus valores ambientais com o progresso sócio-económico que investe no seu património humano, nos seus talentos e na criatividade que contribui para a criação de emprego, que promove o associativismo, o diálogo multicultural e a acção solidária que dá o seu contributo para a salvaguarda do planeta, que se desenvolve, um Concelho moderno, dinâmico e progressista. Entendemos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

que a Assembleia deve assumir-se também ela como território de participação e mobilização, mais empenhada na busca pró-activa das soluções do que em atitudes de contra poder. Na relação com a Câmara Municipal em restrito respeito pela autonomia e competência de cada órgão, numa perspectiva de conjugação de esforços e busca de soluções para um Concelho melhor, na relação com o Poder Central numa perspectiva de defesa firme dos interesses das populações que nos elegeram e que representamos, na clarificação das competências e responsabilidades de cada um, exigência da sua assumpção e cumprimento naturalmente numa atitude construtiva também no âmbito das parcerias interinstitucionais existentes e a criar. Nas relações entre as diversas forças aqui na própria Assembleia perseguindo a desejável busca de soluções partilhadas que acolha a análise da multiplicidade das propostas construtivas, considerando as responsabilidades de cada um no quadro das atribuições e competências legalmente decorrentes e dos resultados eleitorais, de modo a que essas diferenças possam construir mais valias na construção colectiva das soluções, num inequívoco respeito pelo rigor e pela verdade, em que haja permanente elevação e respeito mútuos em que os adjectivos dêem lugar aos substantivos, em que não haja confusões entre os juízos de facto e de valor, ou entre as efectivas responsabilidades de cada instância do poder. A concluir reafirma-se e enfatiza-se, o Poder Local Democrático exerce-se em profunda relação com os trabalhadores, as populações, as instituições locais. Acreditamos que quanto mais próximo das pessoas for o exercício do poder, mais eficaz e justo será o que pressupõe uma atitude de princípio e abertura a formas sempre mais aperfeiçoadas de instituir esse envolvimento essa participação. A construção de uma vida melhor constitui em si mesma um permanente exercício de aprofundamento da cidadania, um permanente apelo ao que de melhor há em nós inequivocamente orientado por um mais fundo sentido de justiça social. A exigência de superiores níveis de qualidade de obra produzida, é em absoluto inseparável da exigência e da garantia da discriminação positiva e da redistribuição da igualdade de oportunidades para todos na vida económica, social e cultural. É este o nosso mais sério compromisso para os próximos quatro anos."-----

6 - Passou-se ao Período da Ordem do Dia.-----

6.1 - Entrou-se no ponto 3.1 da agenda com a apreciação do Projecto de Deliberação de Criação de Grupo de Trabalho para a Revisão do Regimento da Assembleia, (**Conforme ANEXO XV**).-----

6.1.1 - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação do Projecto de Deliberação, que foi aprovado por unanimidade, através da seguinte deliberação:---

Deliberação

1 - É criado o Grupo de Trabalho para a Revisão do Regimento.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 2 - O Grupo de Trabalho é composto pelo Presidente da Assembleia Municipal e um Representante de cada Grupo Municipal (CDU, PS, PSD, BE e CDS-PP).-----
- 3 - As propostas de alteração ao Regimento devem ser apreciadas na Sessão Ordinária de Fevereiro de 2010, para tanto:-----
- 3.1 - Os Deputados Municipais directos, os Presidentes das Juntas de Freguesia, os Grupos Municipais e os eleitos da Câmara Municipal podem apresentar, ao Presidente da Assembleia, sugestões até ao próximo dia 30 de Dezembro de 2009.-----
- 3.2 - O Grupo de Trabalho deve realizar as suas reuniões durante o mês de Janeiro e a primeira quinzena de Fevereiro e apresentar as propostas de alteração até ao dia 15 de Fevereiro de 2010.-----
- 6.2 - Entrou-se nos pontos 3.2, 3.3 e 3.4 da agenda com:-----
- Eleição do Presidente de Junta de Freguesia e Suplente aos Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses - ANMP (artº 6º, dos Estatutos da ANMP);-----
 - Eleição do Presidente de Junta de Freguesia Representante do Município na Assembleia Distrital de Setúbal (Membro Efectivo e Membro Suplente) - (alínea b), do artº 2º, do Decreto-Lei nº 5/91, de 08 de Janeiro);-----
 - Designação do Presidente de Junta de Freguesia para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios [Lei nº 14/2004, de 8 de Maio, artigo 5º, nº 1, alínea b)].-----
- 6.2.1 - Foi assim declarado aberto o período de apresentação de candidaturas.-----
- 6.2.1.1 - Deu entrada na Mesa uma proposta de Candidatura designada por Lista A, para Representante do Município de Almada aos Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses - ANMP: - Representante Efectivo - Presidente da Junta de Freguesia de Pragal - Excelentíssimo Senhor Carlos Alberto Tomé Valença Mourinho e Representante Suplente - Presidente da Junta de Freguesia de Feijó - Excelentíssimo Senhor José Manuel Pereira, (**Conforme ANEXO XVI e Declarações de Aceitação, ANEXOS XVII e XVIII**).-----
- 6.2.1.2 - Deu entrada na Mesa uma proposta de Candidatura designada por Lista A, para Representante do Município na Assembleia Distrital de Setúbal: - Representante Efectivo - Presidente da Junta de Freguesia de Caparica - Excelentíssima Senhora Teresa Paula de Sousa Coelho e Representante Suplente - Presidente da Junta de Freguesia de Costa de Caparica - Excelentíssima Senhor António José Pinho Gaspar Neves, (**Conforme ANEXO XIX e Declarações de Aceitação, ANEXOS XX e XXI**).-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 6.2.1.3 - Deu entrada na Mesa uma proposta de Candidatura designada por Lista A, para Designação do Presidente de Junta de Freguesia para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios: - Representante Efectivo - Presidente da Junta de Freguesia de Charneca de Caparica - Excelentíssimo Senhor Fernando Jorge Amoreira Fernandes e Representante Suplente - Presidente da Junta de Freguesia de Trafaria - Excelentíssima Senhora Francisca Luís Baptista Parreira, **(Conforme ANEXO XXII e Declarações de Aceitação, ANEXOS XXIII e XXIV)**.-----
- 6.2.2 - Não havendo mais propostas nem pedidos de palavra procedeu-se à distribuição dos boletins de voto e realizou-se as chamadas, tendo os Srs. Deputados presentes exercido o seu direito de voto.-----
- 6.2.3 - Findas as votações os Srs. Deputados Secretários da Mesa procederam ao escrutínio.-----
- 6.2.4 - O Presidente anunciou o resultado das votações em que se registaram:-----
- 6.2.4.1 - Para os Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses - ANMP, a Lista A obteve trinta e seis (36) votos sim; três (3) votos não, quatro (4) abstenções e um (1) voto nulo.-----
- 6.2.4.2 - Para a Assembleia Distrital de Setúbal, a Lista A obteve quarenta e um (41) votos sim, dois (2) votos não e um (1) voto branco.-----
- 6.2.4.3 - Para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, a Lista A obteve trinta e sete (37) votos sim, um (1) voto não e seis (6) abstenções.-----
- 6.2.5 - Nestes termos o Presidente proclamou eleitos:-----
- 6.2.5.1 - Para os Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses - ANMP - Membro Efectivo Presidente da Junta de Freguesia de Pragal - Excelentíssimo Senhor Carlos Alberto Tomé Valença Mourinho e Membro Suplente - Presidente da Junta de Freguesia de Feijó - Excelentíssimo Senhor José Manuel Pereira.-----
- 6.2.5.2 - Para a Assembleia Distrital de Setúbal Membro Efectivo Presidente da Junta de Freguesia de Caparica - Excelentíssima Senhora Teresa Paula de Sousa Coelho e Membro Suplente - Presidente da Junta de Freguesia de Costa de Caparica - Excelentíssimo Senhor António José Pinho Gaspar Neves.-----
- 6.2.5.3 - Para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios Membro Efectivo - Presidente da Junta de Freguesia de Charneca de Caparica - Excelentíssimo Senhor Fernando Jorge Amoreira Fernandes e Membro Suplente - Presidente da Junta de Freguesia de Trafaria - Excelentíssima Senhora Francisca Luís Baptista Parreira.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.3 - Entrou-se no ponto 3.5 da agenda com a apreciação da Proposta Nº 01/X-1º de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada no dia 23/09/2009, sobre “Lista de Juízes Sociais para o Biénio 2009/11” (Decreto-Lei nº 156/78, de 30 de Junho), (**Conforme ANEXO XXV**).-----

6.3.1 - Usou da palavra a Sr.ª Presidente da Câmara para apresentar a respectiva Proposta.-----

6.3.1.1 - A Sr.ª Presidente da Câmara:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Trata-se de uma proposta que vem dar à Assembleia Municipal a possibilidade de decidir sobre a lista de Juízes Sociais para o biénio 2009-2011, termina agora o anterior mandato dos anteriores Juízes Sociais, o biénio 2007-2009, este documento é apresentado nos termos do Decreto-Lei nº 156/78 e foi esta lista apurada à semelhança dos procedimentos que anteriormente, em anos anteriores temos seguido, ou seja socorrendo-nos da cooperação com entidades locais ligadas à formação e educação de menores. Portanto, a lista tem indicação do nome de Juízes Sociais bem como a sua profissão, morada, identificação específica exigida para estes fins."-----

6.3.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Victor Castanheira; Miguel Salvado; António Maco; Maria Ermelinda Toscano; José Courinha Leitão; Bruno Dias; Sérgio Taipas; e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal.-----

6.3.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Vitor Castanheira (PS):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Relativamente à proposta de Lista de candidatos a Juízes Sociais, verifica-se aqui uma situação que tem a ver com o seguinte, a proposta que é apresentada foi aprovada pela anterior Câmara Municipal, em 23 de Setembro, ora a 11 de Outubro decorreram eleições autárquicas. Ou seja, neste momento nós temos uma nova Vereação e uma nova Assembleia Municipal. Neste sentido parece-nos curial que seja submetida à nova Vereação esta proposta, para ser devidamente ratificada ou qualquer outra forma que se encontre e que possa nessa sequência ser submetida à Assembleia Municipal, porque neste momento de facto ela foi aprovada pela anterior Câmara Municipal, daí que nós tenhamos apresentado um Requerimento solicitando a retirada desta proposta e que seja rectificadada esta lacuna."-----

6.3.2.2 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Também partilhamos da mesma opinião porque achamos que pelos mesmos motivos, houve entretanto uma eleição e como tal também fazemos da posição do PS a nossa."-----

6.3.2.3 - O Sr. Deputado Municipal António Maco (CDS-PP):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Relativamente a esta proposta, a bancada do CDS-PP gostaria de saber quais os critérios para esta Lista, como também aqui onde diz, "de entidades locais ligadas à formação e educação de menores", gostaríamos então de saber quais são estas entidades."-----

6.3.2.4 - A Sr.^a Deputada Municipal Maria Ermelinda Toscano (BE):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Sobre esta proposta partilho também da opinião que, tendo sido uma decisão do anterior Executivo deveria vir à decisão do actual, além de também gostar de saber quem foram as entidades que participaram na elaboração, e estas pessoas por quem foram indicadas, as que foram. Gostaríamos também que, é que estas pessoas podem e ninguém está a pôr aqui em causa a idoneidade de ninguém, ser conhecidas de muitos dos Srs. Deputados, não serão com certeza de todos, e dizer apenas a idade, a profissão, a morada, pensamos que é muito pouco. Deveria a lista vir acompanhada, não é com certeza um currículo extenso, mas uma nota biográfica que dissesse mais qualquer coisa sobre estas pessoas."-----

6.3.2.5 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Não me quero meter no debate da legalidade para já, mas pergunto o que é que está de ilegal que não possa ser resolvido através de uma decisão da Assembleia, para ser ultrapassada a situação."-----

6.3.2.6 - O Sr. Deputado Municipal José Courinha Leitão (PS):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu penso que obviamente podemos aqui debater a legalidade, podemos debater a conveniência, podemos debater a lisura dos procedimentos. Não é isso que está em causa só. Está também em causa penso eu um aspecto formal, que é a apresentação de um Requerimento, e o Requerimento deve ter a sequência prevista no Regimento. Claro que havia outra possibilidade que seria mais adequada do meu ponto de vista, mas essa possibilidade não está ao alcance do Partido Socialista. O que me parecia mais adequado era a Câmara retirar a proposta porque não há vantagem nenhuma em que esta solução seja votada num clima de controvérsia, mas se a Câmara não toma essa decisão aí deve ser cumprido o Regimento e deve ser votado o Requerimento apresentado."-----

6.3.2.7 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Tem razão, do ponto de vista formal com o Requerimento. Se o Partido Socialista permitir que assim seja, a Presidente da Câmara está a pedir para falar e eu dar-lhe-ei."-----

6.3.2.8 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Apenas algumas notas na medida em que foram suscitadas interrogações sobre a forma como se chega. A Lei dá às Câmaras Municipais esta incumbência, não é fácil naturalmente, isto decorre da Lei, temos que constituir uma lista para trazer à Assembleia Municipal, isto foi feito no Mandato de 2007-2009, da mesma forma os Serviços naturalmente junto de instituições e não me peçam por favor que traga aqui o conjunto, posso ir perguntar aos serviços qual foi cada um dos serviços locais consultados para se obter a disponibilidade e a indicação dos nomes. Mas é assim, é com esta tramitação e com este tipo de trabalho que se chega a uma lista, contactar instituições, obter disponibilidade das pessoas, e apresentar a lista com os elementos que a legislação nos impõe. Trazer à Assembleia, o trabalho que se fez em 2007 foi aquele que foi feito para 2009, na altura de facto não houve qualquer objecção relativamente à aprovação da lista constituída desta maneira, não foi feita nenhuma exigência sobre currículos, serviços de origem, etc., e naturalmente os serviços partiram do princípio que a forma de construir a proposta de lista para que a entidade competente que é a Assembleia Municipal, de acordo com a Lei que não é feita pela Câmara, mas é uma Lei nacional, que esta metodologia estaria bem. A questão de ter sido aprovada na última reunião de Câmara do outro Mandato, é que isto são matérias de facto que têm também a sua urgência, porque se trata de uma lista de Juízes que vão intervir nas causas da competência do Tribunal de Família e Menores de Almada. E portanto é esta a matéria que naturalmente leva a que a decisão seja feita no Final do Mandato, é uma decisão, isto já é jurídico, não me compete a mim naturalmente argumentar, mas a Assembleia Municipal não teve qualquer reunião depois da última reunião de Câmara, agora compete à Assembleia que é soberana decidir se a proposta deve ser votada ou não deve ser votada. Portanto era isto que gostava de dizer. Não me compete a mim Presidente da Câmara neste momento retirar a proposta ou manter a proposta, trata-se de uma questão de outra natureza que a Assembleia melhor decidirá de acordo com o seu entendimento."-----

6.3.2.9 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Se bem estão lembrados na última reunião da Conferência de Representantes dos Grupos Municipais do anterior mandato já havia esta proposta. E o que a Conferência resolveu e está escrito na última súmula, que tendo em conta que se aproximava um acto eleitoral, era importante não apreciar a proposta e deixava-se ficar para a Assembleia que viesse. Houve um compromisso assumido pelos Grupos Municipais de que não se votava na última reunião da Assembleia a proposta e ficava para a próxima Assembleia Municipal."-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.3.2.10 - O Sr. Deputado Municipal José Courinha Leitão (PS):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Eu penso que fizemos bem em abdicar do formalismo para poder haver aqui um debate sobre esta matéria, sobre as questões substanciais envolvidas. Na perspectiva do Partido Socialista os órgãos têm a competência que a Lei lhes atribui, mas há aqui aspectos que devem ser considerados. Esta Assembleia não é a mesma Assembleia que tomou através dos seus líderes a deliberação referida pelo Sr. Presidente. A Câmara Municipal não é a mesma que aprovou a proposta que é aqui presente. Inclusive a composição da Câmara Municipal foi alterada em forma que eu considero substancial, ou seja, há uma nova força política representada na Câmara Municipal, o equilíbrio relativo das várias forças foi alterado e portanto há razões mais do que suficientes para considerar por uma questão de princípio e não estou a referir nem estou a invocar questões de legalidade, nós não pusemos a questão taxativamente nesse sentido, por uma questão de princípio achamos que havia a ganhar em que o processo fosse retomado. E penso que a ser retomado como nós achamos que é correcto, pode e deve ser retomado respondendo a preocupações legítimas apresentadas por vários Srs. Deputados desta Assembleia, e que têm a ver com o reforço do conhecimento e o reforço das condições de votação em consciência destas matérias. De facto foi referido por muitos Srs. Deputados que não se conhecem todos os cidadãos referenciados. E estes cidadãos obviamente disponibilizaram-se para esse efeito e essa disponibilização é meritória, foram assinalados pelos serviços e nós não pomos em causa o trabalho dos serviços. Mas de qualquer modo achamos que é adequado que quando estão em causa pessoas e quando essas pessoas não são eleitos, e quando essas pessoas não são conhecidas por todos os Srs. Deputados deve haver uma referência mínima que permita consolidar uma apreciação sobre a proposta que é apresentada. E portanto, em nome da bancada do Partido Socialista não só reafirma a necessidade de votarmos o Requerimento uma vez que fomos confrontados com essa necessidade, mas reforçar também esta ideia de que há aqui possibilidade de introduzir aspectos que reforcem a qualidade do trabalho dos eleitos locais, nomeadamente os eleitos locais nesta Assembleia. E portanto não devemos perder a oportunidade de dar também mais esse passo no reforço do Poder Local Democrático."-----

6.3.2.11 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias (CDU):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Antes de mais diligências que possam ter lugar nesta reunião da Assembleia Municipal, há um pedido de informação sem qualquer figura de retórica ou tática de debate, mas para



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

esclarecimento de nós todos, há um pedido de esclarecimento sobre a posição política dos Grupos Municipais e os Partidos aqui presentes que nos parece que é útil e que ajuda ao debate e à tomada de posição que é, não ficou claro para nós se o entendimento e as dúvidas e as reservas que os vários Partidos aqui colocaram até agora, têm que ver com o procedimento formal da tomada de decisão, isto é, decisão tomada em reunião de Câmara, proposta apresentada à Assembleia Municipal, a Câmara que era e a Câmara que é e a Assembleia que é, etc., se esta é a preocupação fundamental dos Srs. Deputados Municipais que até agora falaram ou se para além disto ou de outra maneira, se existem dúvidas ou discordâncias relativamente à própria composição da lista apresentada e dos nomes propostos. Nós consideramos, independentemente do resto que é de defender esta proposta apresentada porque ela representa muito mais do que uma opinião individual de qualquer eleito na Câmara ou na Assembleia Municipal, e há aqui um trabalho de coordenação de articulação e de auscultação destas instituições que naturalmente tem que ser tido em conta. Mas não conseguimos até agora entender totalmente se é a este nível da discordância ou a reserva ou a dúvida dos Srs. Deputados Municipais, ou se é fundamentalmente e especificamente a questão do percurso do procedimento formal ao nível da sua aprovação em Sessão Camarária e Sessão da Assembleia Municipal, etc.. Há este esclarecimento que nós gostaríamos de ouvir e qual é a opinião que os Srs. Deputados Municipais têm, dos diversos partidos em relação a esta matéria, para percebermos do que é que estamos a falar em concreto."-----

6.3.2.12 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----
"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Sr. Deputado Bruno Dias o Requerimento e a questão aqui colada nisso, é claro é:-----
"Tendo presente que no passado dia 11 de Outubro decorreram eleições autárquicas das quais resultaram uma nova vereação e uma nova assembleia municipal.-----
Tendo presente que a proposta ora submetida à Assembleia Municipal para aprovação da lista de candidatos a Juizes Sociais foi aprovada pela anterior vereação não tendo sido ratificado pela actual vereação."-----
E em função disso propõe a suspensão da votação para que haja ratificação pela Câmara que neste momento exerce funções. É esta a questão."-----

6.3.2.13 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):-----
"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Sobre esta matéria a primeira coisa que nós queremos fazer é saudar os cidadãos que se disponibilizaram a participar nesta lista, relevar a importância desta tarefa, a urgência dela, a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

necessidade que ela se mantenha e numa altura em que tanto se fala da participação dos cidadãos o que nós pretendemos é que este processo, ou neste processo que nenhum deles seja minimamente beliscado por aquilo que se está aqui a passar. É fundamental que este problema seja resolvido rapidamente tendo em conta e acho que todos o compreendemos aquilo que está em causa.-----

A decisão foi tomada por unanimidade por uma Câmara Municipal, portanto é uma decisão que à partida deverá ser respeitada. Em segundo lugar, porque já foi tomada no final do mandato transita para este. Algumas forças políticas eram, no essencial, as mesmas, algumas pessoas que estão aqui presentes e portanto tudo isto, o que nós lamentamos é que a solidez de tudo isto e de um trabalho longo que levou a isto seja agora posto em causa por meras questões processuais que em nossa opinião, que por muito respeito que tenhamos que ter pela actual Vereação como é óbvio que temos, pesam muito menos do que as outras. Lamentamos que isto aconteça, não queremos deixar um único vestígio que é por nossa causa que estas situações ocorrem, ou que estamos sequer a não permitir que qualquer Vereador neste momento em exercício de funções lhe foi negada a possibilidade para participar numa decisão. E através da nossa abstenção vamos viabilizar o requerimento com este lamento."-----

6.3.3 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação do Requerimento apresentado, que foi aprovado por maioria com treze votos a favor (de eleitos do PS, inclusive os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e da Trafaria, e de eleitos do CDS-PP) e trinta e uma abstenções (de eleitos da CDU inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda, de eleitos do PSD inclusive o Presidente de Junta de Freguesia da Costa de Caparica, e de eleitos do BE).-----

7 – Não havendo mais pedidos de palavra e considerando o adiantado da hora, a Assembleia Municipal decidiu interromper os trabalhos realizando-se dia 16 de Fevereiro a segunda reunião.-

8 – O Presidente colocou à consideração da Assembleia a Minuta da Acta.-----

8.1 - Foi aprovada a Minuta da Acta da presente reunião.-----

9 - Foi verificada a presença dos Jornalistas Sr. Miguel Ribeiro (Câmara Municipal), Sr. João Nunes (Noticias de Almada), Sandra Carvalho (Agência Lusa) e de quarenta e quatro Srs. Munícipes.-----

10 - Verificou-se a presença à Reunião da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emília Guerreiro Neto de Sousa, dos Vereadores Excelentíssimos Senhores; Paulo José Fernandes Pedroso; José Manuel Raposo Gonçalves; Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida; António José de Sousa Matos; Maria D'Assis Beiramar Lopes Almeida; Maria Amélia de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Jesus Pardal; José Carlos Rebelo Simões; Helena Maria Gomes Oliveira; Rui Jorge Palma de Sousa Martins e Nuno Filipe Miragaia Matias.-----

11 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H50 do dia 14 de Novembro de 2009.-----

12 - Por ser verdade se elaborou a presente Acta, que vai ser assinada pela Mesa.-----

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

O 2º SECRETÁRIO _____